

127 BIODIVERSIDADE

SUSTENTO E CULTURAS



**NÃO HÁ POVOS SEM SEMENTES
NEM SEMENTES SEM POVOS**

Tribunal Permanente dos Povos das Sementes

Biodiversidade, sustento e culturas é uma publicação trimestral da *Alianza Biodiversidad* orientada a informar e debater sobre a diversidade biológica e cultural para o sustento das comunidades e culturas locais. O uso e a conservação da biodiversidade, o impacto das novas biotecnologias, patentes e políticas públicas são parte da nossa cobertura. Inclui experiências e propostas na América Latina, e busca ser um vínculo entre aqueles que trabalham pela gestão popular da biodiversidade, da diversidade cultural e do autogoverno, especialmente das comunidades locais: mulheres e homens indígenas e afro-americanos, camponeses, pescadores e pequenos produtores.

Organizações coeditoras

Acción Ecológica
notransgenicos@accionecologica.org
Anafae
octavio.sanchez@yahoo.com
Base-Is
mpalau@baseis.org.py
Campaña de la Semilla
de La Vía Campesina – Anamuri
internacional@anamuri.cl
Centro Ecológico
serra@centroecologico.org.br
CLOC-Vía Campesina
secretaria.cloc.vc@gmail.com
Colectivo por la Autonomía
erobles_gonzalez@hotmail.com
GRAIN
grain@grain.org
Grupo ETC
grupoetc@etcgroup.org
Grupo Semillas
semillas@semillas.org.co
Red de Coordinación en Biodiversidad
rcbcostarica@gmail.com
REDES-AT Uruguay
biodiv@redes.org.uy

Comitê Editorial

Maria José Guazzelli, Brasil
Leonardo Melgarejo, Brasil
Fabián Pachón, Colômbia
Germán Vélez, Colômbia
Sílvia Rodríguez Cervantes, Costa Rica
Henry Picado, Costa Rica
Camila Montecinos, Chile
Francisca Rodríguez, Chile
Elizabeth Bravo, Equador
Xavier León, Equador
Ma. Fernanda Vallejo, Equador
Octavio Sánchez, Honduras
Evangelina Robles, México
José Godoy, México
Sílvia Ribeiro, México
Verónica Villa, México
Marielle Palau, Paraguai
Martín Drago, Uruguai
Mariano Beltrán, Uruguai

Administração

Fundación ProDefensa
de la Naturaleza y sus Derechos

Edição

Ramón Vera-Herrera
constelacion50@gmail.com

Desenho e formatação

Beatriz Godoy
bea.go.be@gmail.com

Editorial

Os povos (com suas sementes e sua vida) contra o genocídio 1

Tempos de ladrões

Hermann Bellinghausen 2

De narcofazendas à reforma agrária: uma oportunidade para o Paraguai

Abel Irala, Base Investigaciones Sociales 4

Uma panorâmica/muitos pontos de vista

Entre a ilusão do desenvolvimento e a violência que se estende como um manto 8

Declaração Final do VIII Congresso Continental da CLOC-Vía Campesina

Declaração de Oaxtepec Moctezuma Xocoyotzin 12

Silvia, mestra sempre

Alejandra Bonilla 15
(Red de Mujeres Rurales de Costa Rica)

Tribunal Permanente dos Povos das Sementes

Não há povos sem sementes nem sementes sem povos 16

A foto da capa é de Josué Garita Rivera, ali de Cartago, Costa Rica, onde ocorreu a sessão do Tribunal Permanente dos Povos. Queríamos visitar sua chácara, mas, devido a algumas dificuldades, não conseguimos chegar lá. Que esta foto sirva para enviar calorosas saudações a Josué e às camponesas e camponeses agricultores da Costa Rica que, como em todo o mundo, resistem ao ataque à sua relação com as sementes.

As fotos no texto de Abel Irala sobre o Paraguai, que mostram as mobilizações da Coordenadora Interdistrital de Sin Tierras del Norte, em 5 de dezembro de 2025, em San Pedro, perto da fazenda Lucipar, no Paraguai, são de Malú Vázquez.

As fotos do VIII Congresso da Coordenação Latino-Americana de Organizações Rurais (CLOC/VC) em Morelos, México, são da própria CLOC/VC, mas algumas são de David Meek.

As fotos restantes são de HyoJin Park (A Growing Culture) e retratam diversas cenas da reunião de três dias do Tribunal Permanente dos Povos, realizada no Centro Nacional. Especializado em Agricultura Orgânica del Instituto Nacional de Aprendizaje em Cartago, Costa Rica, entre 19 e 21 de janeiro de 2026. Essas fotos nos relatam as sessões, conversas informais e rituais de confraternização e comemoração, bem como algumas das discussões suscitadas pelas visitas guiadas organizadas no Centro para apresentar seus programas, atividades, infraestrutura e os diversos cultivos distribuídos em suas dependências. Agradecemos a Fabián Pacheco, coordenador do Centro, por sua generosidade e abertura ao sediar a sessão do tribunal em suas instalações. Agradecemos também a Henry Picado e toda sua equipe pelo apoio logístico, que funcionou maravilhosamente bem. Agradecemos ainda a Amandine Semat, que transcreveu todas as intervenções e traduziu algumas delas.

Agradecemos a Xavier León por estabelecer as conexões necessárias e por sua sistematização do universo das sementes na América Latina. Agradecemos a Germán Vélez por sua pesquisa exaustiva sobre as lutas por sementes na Colômbia e ao Grupo ETC por tornar possível a publicação impressa da declaração.

Agradecemos o apoio de Thousand Currents, da HEKS/EPER Swiss Church Aid,
Agroecology Fund e War on Want
Agradecemos sempre a Carlos Vicente pelo plantio, que continua florescendo

A foto da capa mostra uma *milpa*, conhecida mais ao sul do continente como roça. Em poucas palavras, uma sementeira de diversos cultivos, onde a diversidade se expressa e se complementa. Não há pessoas na foto, mas sua presença pode ser lida, inferida no arranjo, no cuidado com que a *milpa* se estende na encosta.

A tranquilidade que permeia a foto, neste rincão do planeta, é quase um parêntese de paz. Mas o paradoxo é que isso ocorre em um país onde a extrema direita venceu as eleições, onde a situação política emula o clima generalizado de bravata que envolve o continente e todas as camadas do planeta: uma violência nada dissimulada, que é assumida com uma atitude que busca ser um manifesto para o mundo. Seus provocadores parecem esfregar essa sua agressividade em nossos rostos como um triunfo sem fim. “Viram? Eu avisei”, dizem eles em tom de deboche.

Estamos enfrentando um cinismo que prega o cinismo como uma religião: o *brutalismo*, como já o chamam filósofos europeus, cujo alarme é tão profundo que algumas pessoas estão clamando pela deserção, para que abandonemos nosso pertencimento à humanidade.

Mísseis explodem em velocidades hipersônicas sobre hospitais, escolas e bairros em Gaza, e agora sobre Teerã e o Líbano. Os ataques continuam sem cessar, ao nível do solo. O número de pessoas assassinadas já atingiu a cifra assustadora de mais de 72 mil, em sua maioria na Faixa de Gaza, até dezembro de 2025. Entre os mortos estão 1.600 profissionais de saúde, 310 funcionários da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) — o maior número de mortes na história da ONU —, 120 acadêmicos e mais de 259 jornalistas. Acredita-se que milhares de outros corpos estejam sob os escombros de prédios destruídos. Uma série de estudos estima que 80% dos palestinos mortos são civis e que 70% dessas pessoas mortas em prédios residenciais ou casas eram mulheres e crianças.

Apesar dessa onda de violência e desprezo globais em nível macro, a escala da violência normalizada, mas contínua, nas regiões da América Latina também não diminuiu nos 500 anos de invasão e colonização. As corporações e os cartéis também não diminuem suas ações, despojando, devastando, incapacitando, expulsando e subjugando cada vez mais mão de obra. Também aumentam comunidades cativas no consumo programado. O controle se expande e se torna mais detalhado, afetando os aspectos mais básicos e cotidianos do ser humano e da biodiversidade. A partir do cotidiano das condições e ofensas, outras formas de violência crescem e são exercidas.

É por isso que, em vez de desertar, pelo menos na América Latina, nós, o povo, nos convocamos a nos envolvermos, a participarmos e a estarmos presentes.

Que existam pessoas como Silvia Rodríguez, com sua integridade, sua lucidez e seu afeto, ou o fato de que uma sessão do Tribunal Permanente dos Povos pôde ser organizada para discutir a relação ancestral dos povos com seus cultivos, suas sementes, e a importância crucial disso para o futuro da humanidade e do próprio planeta, nos oferecem vislumbres de esperança para a organização, a autonomia, a soberania alimentar e a diversidade como símbolo de justiça.

Quem não tem esperança está sozinho, sozinho. Mas “para aqueles que têm muito pouco, ou nada, exceto às vezes coragem e amor, a esperança funciona de maneira diferente. É então algo para se agarrar, algo para se ter entre os dentes”, como disseram nossos amigos poetas Nazim e John: “Com a esperança entre os dentes vem a força para continuar mesmo quando a fadiga nos assola, vem a força, quando é necessária, para escolher não gritar no momento errado, vem a força, acima de tudo, para não uivar. Uma pessoa com a esperança entre os dentes é um irmão ou irmã que exige respeito.” E assim, “se a questão é sobreviver às noites e imaginar os dias que virão, pouco importa se a esperança entre os dentes é fresca ou está em frangalhos”.



Milpa em Cartago,
Costa Rica, 2026.
Foto: Josué Garita Rivera

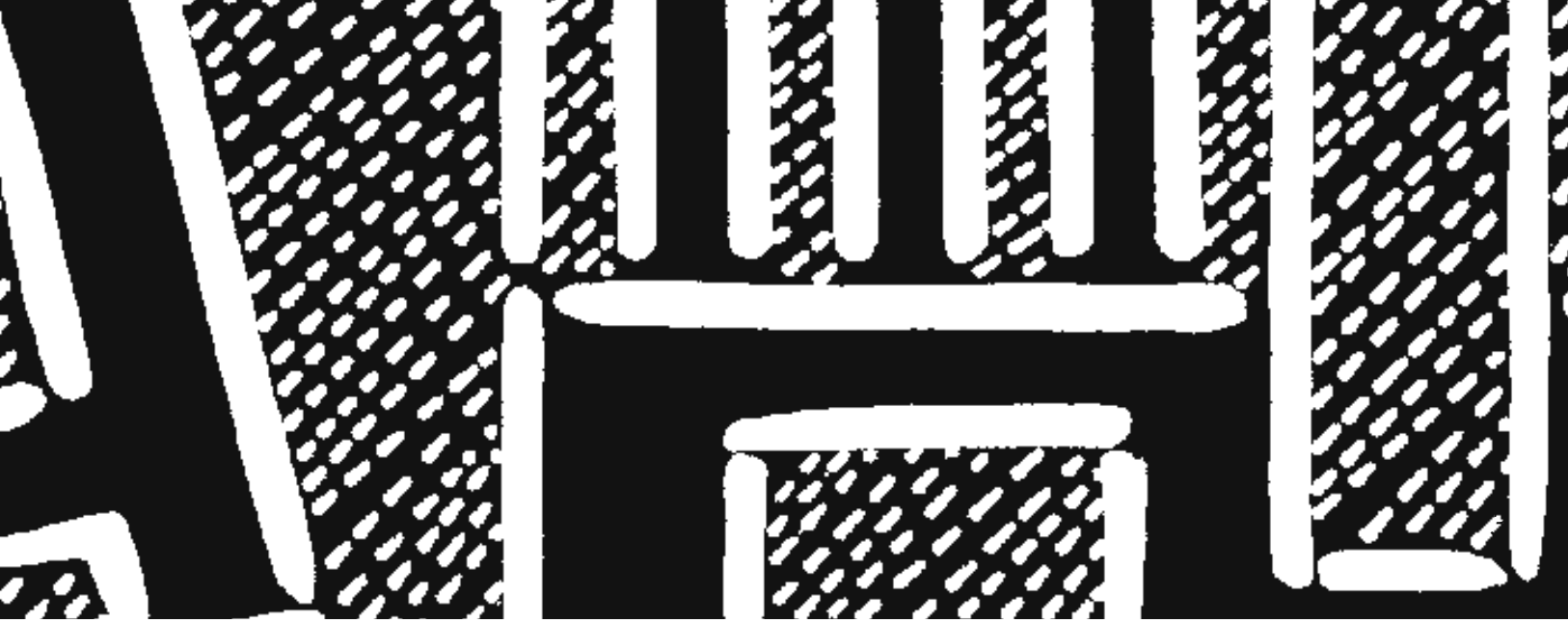
TEMPOS DE LADRÕES

HERMANN BELLINGHAUSEN

Chegamos à era da grande mentira. Uma mentira que engloba todas as mentiras, até mesmo aquelas que jamais pensaríamos conhecer. O que permanece sólido? A intervenção ianque na Venezuela confirma, como alertou seu duvidoso secretário de Guerra, que os Estados Unidos podem fazer o que bem entenderem em qualquer lugar do mundo (ou quase). Até agora, nada desmente isso. O colonialismo ocidental, mais uma vez desenfreado, tem dois campeões: os Estados Unidos e Israel que, sem eufemismos, atropelaram o direito internacional com seus caprichos. Machos alfa da política global, os senhores Netanyahu (N) e Trump (T) pisoteiam populações civis em países que não são os seus, perseguem os cidadãos desses países e os sequestram ou assassinam sem pensar duas vezes. Quem protestará? O Papa? A ganhadora do Prêmio Nobel da Paz? Quem irá puni-los? A ONU? Os tribunais internacionais? A OEA? A Europa não oferece contrapeso. Pelo contrário, os governos da OTAN são cúmplices e, em alguns casos, participam dos crimes orquestrados a partir de Washington (ou Mar-a-Lago) e Tel Aviv; ou dos seus próprios, como a França e a Grã-Bretanha na África.

Quando T e seus aliados reclamam do que a Venezuela e o México "roubaram" deles, já não sabemos se rimos ou choramos. Laura Richardson, chefe do Comando Sul até 2024, admitia abertamente que o lítio e o petróleo da América do Sul e do Caribe são de "interesse de segurança nacional" para os Estados Unidos. O mundo está nas mãos de ladrões; eles ditam as regras (se é que estas existem). As triangulações do ouro extraído da África Central à custa da escravidão, espoliação e morte de centenas de milhares de pessoas por paramilitares e gangues criminosas que são funcionais e lucrativas para o Ocidente, frequentemente manipuladas pelas agências de inteligência Mossad (Israel), CIA (EUA) ou MI6 (Reino Unido), acaba nos cofres daquela pequena grande potência, longe de ser inocente, os Emirados Árabes Unidos (EAU). De lá, o ouro lavado com sangue é distribuído. O mesmo se aplica aos diamantes do Congo, seja através deles ou através de Israel.

Os novos barões do capitalismo, tipo Musk, lucram mesmo quando perdem. O mercado de armas e os desenvolvimentos tecnológicos que ele gera estão em ascensão histórica. Todo o sistema está interconectado:



bancos, corporações, congressos e exércitos nacionais, todos supervisionados pelos Estados Unidos e a serviço do sionismo.

O mundo está repleto de ameaças. As milícias jihadistas no Mali, na Nigéria e no Chade estão fazendo um favor às grandes potências ao fragmentar países. A isso se somam os "nacionalistas" ou "separatistas", como vemos na mais recente provocação de N ao reconhecer os secessionistas da Somalilândia como um país, algo que ninguém mais no mundo reconhece desde 1991. Isso abre uma ponta de lança estratégica africana para sua guerra em expansão, centrada em Gaza e com repercussões na Cisjordânia, Síria e Iêmen até o Irã, enquanto o Líbano, Iraque e Jordânia recebem de Israel um tratamento semelhante ao que T dá aos nossos países.

Os poderes constituídos aplaudem cada novo país que diminui o anterior às custas de grande violência (Sudão, Somália, Iêmen) e intermináveis guerras civis. São um mercado bélico, uma terra de abundância para empresas de reconstrução e agentes imobiliários, territórios esvaziados para a exploração extrativa (hidrocarbonetos, minerais raros, ou bem comuns, recursos bióticos).

Esta vasta operação de latrocínio expõe problemas de legitimidade aos governos de T e N. Ao de Washington (ou Mar-a-Lago), é uma questão pessoal devido ao escândalo Epstein, mas também devido ao estilo pessoal de T: poucas vezes vimos um chefe de Estado enriquecer imensamente bem debaixo do nariz dos seus cidadãos e do mundo inteiro. Ele é um Narciso vulgar com uma péssima reputação, sim, mas ninguém o impede porque o que ele faz convém a todos os capitalistas. Será que ele foi longe demais em Minnesota, segundo os seus próprios padrões?

Os roubos de Israel são extremos. Além do genocídio e da pilhagem em larga escala em Gaza, e das incursões militares para o leste, para deleite do Ocidente, Israel

*Os poderes constituídos
aplaudem cada novo país
que diminui o anterior
às custas de grande violência
(Sudão, Somália, Iêmen)
e intermináveis guerras civis*

enfrenta um peculiar conflito de identidade. Sua teocracia militar não consegue demonstrar, com evidências arqueológicas, históricas, genéticas ou mesmo culturais, a narrativa bíblica na qual Israel baseia seu excepcionalismo e justifica seus crimes, se vitimizando de maneira grotesca. Os bônus do Holocausto já expiraram. Os israelenses precisam vender ideias positivas ao mundo, lavar o sangue de seus rostos e mãos, e bancar os bonzinhos. E se apropriar daquilo que sua cultura não oferece, como o falafel e outras criações árabes e palestinas, ou destruir deliberadamente os vestígios palestinos (mesmo que preservem os romanos) e os olivais ainda de pé em Gaza e na Cisjordânia. Nada disso sustenta a hipótese de que esta seja sua terra originária.

Bots, espaços pagos e notícias falsas produzidas por centros de propaganda sionista em Israel e no Ocidente (da Alemanha e Inglaterra aos Estados Unidos, Argentina e Austrália), bem como vídeos, filmes, séries, e mídias digitais e de massa, banalizam ou negam o genocídio. Com isso, inundam as redes sociais e os conteúdos de Inteligência Artificial. Descaradamente, Israel irrompe em festivais de música, eventos esportivos e encontros culturais. A menos que se prove o contrário, sairá impune. ✠

DE NARCOFAZENDAS À REFORMA AGRÁRIA: UMA OPORTUNIDADE PARA O PARAGUAI

4

ABEL IRALA, BASE INVESTIGACIONES SOCIALES



No Paraguai, milhares de famílias camponesas não têm acesso a um elemento indispensável para sua sobrevivência material e cultural: a terra. Sem ela, é impossível seguir vivendo no campo, continuar sendo camponês ou camponesa, preservar seus modos de vida, suas culturas e realizar o trabalho produtivo que garante seu sustento diário. Essa situação não se deve a uma real escassez de terras, mas sim a uma profunda e persistente desigualdade estrutural, marcada pelo controle e apropriação histórica do território por grandes latifundiários e corporações multinacionais, que sistematicamente tem relegado as comunidades camponesas e indígenas.

O país apresenta uma das maiores assimetrias na distribuição de terras em nível regional. O índice de Gini aplicado à posse de terras atinge o alarmante valor de 0,96, o que expressa uma desigualdade quase perfeita. Em termos concretos, 95% da superfície agrícola está nas mãos de uma minoria e é utilizada principalmente para monoculturas vinculadas ao agronegócio, enquanto apenas 5% é destinada à agricultura camponesa, que é a principal fonte de alimentos para a população local e um pilar da soberania alimentar.

Essa situação tem raízes históricas e profundas. Para contextualizar, vale mencionar que, em 2003, a Comissão da Verdade e Justiça (CVJ) foi criada pela Lei nº 2225, com o objetivo de investigar e documentar as violações de direitos humanos cometidas no Paraguai entre 1954 e 2003, resgatar a memória histórica e esclarecer o contexto político, social e econômico em que essas violações ocorreram.

É importante lembrar que a ditadura de Stroessner, sustentada pela Associação Nacional Republicana (ANR) e pelas Forças Armadas, durou 35 anos, tornando-se a ditadura mais longa da América do Sul. Durante esse período, pelo menos 128.077 pessoas foram vítimas diretas ou indiretas de violações dos direitos humanos. Os movimentos camponeses estiveram entre os setores mais perseguidos: 24% das violações documentadas pela Comissão da Verdade e Justiça (CVJ) afetaram diretamente esse setor, evidenciando o caráter profundamente repressivo do regime em relação a qualquer forma de organização popular vinculada à terra.

Em seu relatório final, a CVJ dedicou uma seção específica à análise da situação fundiária no país, examinando as





Mobilização da Coordenadora Interdistrital de Sin Tierras del Norte, 5 de dezembro de 2025 em San Pedro, próximo à fazenda Lucipar, Paraguai. Fotos: Malu Vázquez

6

concessões de terras rurais realizadas entre 1954 e 2003. Como resultado dessa investigação, constatou-se que 19,3% do território nacional — de um total de 40.675.200 hectares — foram concedidos de forma irregular e fraudulenta, em flagrante contradição com os princípios da reforma agrária.

Entre os principais beneficiários dessas concessões ilegais encontram-se políticos do governo, militares leais ao ditador, bem como indivíduos envolvidos em práticas de tortura, denúncia e outras graves violações dos direitos humanos. Em outras palavras, as terras destinadas à reforma agrária foram utilizadas como mecanismo de recompensa política e de consolidação do poder autoritário.

Um dos casos emblemáticos desse padrão de corrupção e abuso ocorreu com a chegada do ditador nicaraguense Anastasio Somoza ao Paraguai, em agosto de 1979. Segundo registros da CVJ, em fevereiro de 1980 ele recebeu 8 mil hectares de terra, supostamente como um “presente” de seu anfitrião, Alfredo Stroessner. Este fato ilustra como grandes extensões de terras públicas foram utilizadas como moeda de troca entre ditaduras e elites políticas.

Essas práticas permitiram que vastas porções do território nacional

caíssem nas mãos de pessoas que não tinham direito à reforma agrária. Em muitos casos, essas terras acabaram sob o controle de poderosas corporações que lucram enormemente, ou de indivíduos vinculados ao narcotráfico e a máfias internacionais que operam no Paraguai, expandindo seus tentáculos econômicos e territoriais.

Nesse contexto, a terra se torna uma mercadoria altamente valiosa, sujeita à especulação tanto por parte do capital legal quanto do ilegal. Ambos acumulam vastas extensões de território à custa da espoliação de famílias camponesas e indígenas, que não buscam a terra para obter lucro, mas sim para viver, produzir alimentos, reproduzir sua cultura e se desenvolver de maneira digna.

Um exemplo significativo é o caso de Luiz Carlos da Rocha, vulgo “Cabeza Branca”, considerado um dos maiores narcotraficantes da América do Sul, que conseguiu escapar de mandados de prisão por pelo menos 30 anos. Após sua prisão no Brasil em 1º de julho de 2017, o Estado paraguaio começou a administrar, desde 2019, seus bens no país. Estes incluem oito *narcofazendas* localizadas nos departamentos de San Pedro, Concepción e Amambay, que juntas

somam aproximadamente 26 mil hectares e têm um valor estimado superior a 100 milhões de dólares.

No mesmo ano, em 2017, foi promulgada a Lei nº 5876, que criou a Secretaria Nacional de Administração de Bens Apreendidos e Confiscados (Senabico). Atualmente, essa instituição administra mais de 138 mil hectares de imóveis rurais provenientes de apreensões e confiscos do crime organizado. A legislação vigente determina que o Estado paraguaio leiloe essas propriedades. Devido ao seu alto valor econômico, essas terras permanecem praticamente inacessíveis aos camponeses e comunidades indígenas, podendo ser adquiridas apenas por grandes latifundiários, empresários, pecuaristas ou mesmo testas de ferro de outros grupos vinculados ao narcotráfico.

Para as organizações camponesas, a terra não é simplesmente um bem econômico, mas um direito fundamental intimamente ligado à segurança, moradia, alimentação, cultura e à própria vida. Portanto, nos últimos seis anos, elas têm liderado uma nova fase na luta pela terra no Paraguai, exigindo que as propriedades confiscadas do crime organizado sejam destinadas à reforma agrária.

Nesse contexto, foi formada a Coordenação Sem Terras do Norte,

¹ *Con la Soja al Cuello* 2025. <https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2025/11/Soja-al-Cuello-2025-web-.pdf>

² Se pode ver o relatório CVJ no seguinte link <https://www.codehupy.org.py/verdadyljusticia/>

³ *Diario abc color*, abril 2019. <https://www.abc.com.py/edicion-impresa/judiciales-y-policiales/estado-toma-posesion-de-haciendas-confiscadas-al-narco-cabeza-branca-1804127.html>

⁴ *Con la Soja al Cuello* 2025. <https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2025/11/Soja-al-Cuello-2025-web-.pdf>



cujo objetivo central é exigir a modificação da Lei Senabico e propor alternativas concretas à problemática da terra que afeta comunidades camponesas e indígenas. Especificamente, reivindicam a modificação dos artigos 46 e 49 da referida lei, para que as terras confiscadas sejam transferidas diretamente para o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (Indert) e/ou ao Instituto Paraguai do Indígena (Indi), em vez de serem leiloadas.

A proposta camponesa é simples, prática e coerente em um país marcado pela extrema desigualdade no acesso à terra. Além disso, baseia-se em um claro mandato constitucional. A Constituição Nacional estabelece a implementação de uma política abrangente de reforma agrária baseada em dois princípios fundamentais: o direito dos camponeses e camponesas ao acesso à terra, e o dever do Estado de desencorajar o latifúndio (artigos 114 a 116).

Contudo, os poderes de fato do Paraguai recusam-se sistematicamente a reconhecer as propostas e ações do movimento camponês. Longe de abrir espaços para o diálogo, empregam estratégias para bloquear qualquer avanço, estigmatizar aqueles que lutam pela terra e, nos últimos meses, intensificar uma campanha de violência e criminali-

zação contra líderes da Coordenação Sem Terras. A estrutura agrária paraguaia não foi democratizada; a concentração de terras nas mãos de poucos continua sendo a regra do mercado, apesar dos limites legais existentes, e aqueles que lutam para transformá-la são perseguidos e criminalizados.

Segundo dados de BASE Investigaciones Sociales, entre 2008 e 2019 foram registradas 106 ocupações de terras no país. Destas, apenas oito não sofreram qualquer tipo de criminalização por parte do Estado. No mesmo período, mais de 1.300 pessoas foram processadas. Cerca de 58% das ocupações resultaram em despejos, enquanto apenas 10% atingiram seu objetivo: o assentamento na terra para produzir. Em outras palavras, diante da inação do Estado em relação à reforma agrária, as ocupações de terras se tornam uma das poucas vias de pressão disponíveis para as organizações camponesas darem visibilidade às suas reivindicações e exigirem o cumprimento de seus direitos.

Essa mesma situação ocorreu no caso da fazenda Lucipar, uma das propriedades confiscadas do narcotraficante Da Rocha. Diante da falta de resposta das autoridades governamentais e em meio a uma campanha difamatória contra a luta camponesa

promovida pela Associação Rural Paraguuaia (ARP), membros da Coordenação Sem Terras anunciaram a ocupação dessas terras.

Este anúncio, feito em novembro de 2025, foi interpretado pelo Judiciário como "apologia do crime", o que levou à prisão de três líderes camponeses, que atualmente se encontram em prisão domiciliar. Posteriormente, em 5 de dezembro do mesmo ano, centenas de camponeses e camponesas tentaram recuperar os 11 mil hectares da fazenda em questão. A ação culminou com mais de 40 pessoas presas, dezenas de feridos e uma violenta repressão durante a tentativa de acesso ao imóvel.

Dessa forma, o governo voltou a fechar qualquer possibilidade de diálogo sobre a reforma agrária. Recusou-se a ouvir as propostas camponesas, emitiu mandados de prisão contra líderes sociais, os acusou e os perseguiu, tudo para proteger propriedades que pertenceram a um narcotraficante e que atualmente estão sob controle estatal. Não se trata, portanto, de uma defesa estrita da propriedade privada, mas sim a preservação de uma estrutura profundamente injusta que continua a negar direitos fundamentais àqueles que historicamente foram espoliados. ✎

⁵ El Derecho campesino a la tierra en Paraguay 2023. <https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2023/03/ElDerecho-Campesino-a-la-Tierra-en-Paraguay.pdf>

⁶ Ocupaciones de tierra: marcas del conflicto rural (1990 a 2019) 2019. https://www.baseis.org.py/wp-content/uploads/2020/03/2019_Dic-Ocupaciones-de-tierras.pdf

Uma panorâmica e muitos pontos de vista

ENTRE A ILUSÃO DO DESENVOLVIMENTO **E A VIOLÊNCIA** QUE SE ESTENDE COMO UM MANTO

8

Iniciamos esta panorâmica dos eventos recentes com este texto de Nemesio Rodríguez, que resume os desafios enfrentados por pessoas e comunidades neste novo recrudescimento da apropriação de terras, espoliação e devastação em territórios latino-americanos, do México aos confins do Brasil. Agradecemos a sistematização semanal de Xavier León para GRAIN, que destaca "algumas novidades da semana" e nos convida a comparar os paralelismos e as contradições entre os países retratados.



Mobilização na fazenda Lucipar, Paraguai, dezembro de 2025. Foto: Malu Vázquez

O amaranhado de planos e projetos sobre e para o subcontinente se sobrepõe a uma teia de sociedades e culturas que são ignoradas e, portanto, invisíveis ao planejamento do "desenvolvimento" proposto. Qualquer movimento territorial associado a um megaprojeto transforma mais, muito mais, do que todos os discursos sobre benefícios ou exclusões que o cercam. Os supostos "benefícios" dessas propostas são instigados por governos estaduais, câmaras de comércio e indústria, empresas nacionais transnacionalizadas, corporações transnacionais em campos de biotecnologia

(farmacêutica e alimentícia), turismo, mineração, florestal (especialmente celulose), construção, energia (gás, petróleo, eletricidade), seguros, ordenamento territorial (rural, urbano e marítimo), administração pública, pesca, finanças e bancos multilaterais e comerciais. São os que observam e cuidam o aprofundamento dos negócios da globalização neoliberal em curso. Muitos dos impactos pelos quais se mobiliza a inquietude social da população do subcontinente (pobreza e extrema pobreza, precariedade no trabalho e desemprego, salário insuficiente, barreiras comerciais, perda de acesso à terra e aos re-

curso, baixo nível de educação, situações severas de desnutrição infantil, corrupção como modo de vida, perda da cobertura florestal e do solo, contaminação dos cursos de água doce e do meio ambiente, superlotação, desaparecimento e tráfico de espécies, programas supostamente destinados a apoiar os mais desfavorecidos. Mas que, na realidade, reproduzem a pobreza e a mão de obra barata, a tensão social, a ingovernabilidade, a democracia formal sem conteúdo, o tráfico de drogas, de mulheres e de crianças, o tráfico de órgãos e de armas, justiça precária, discriminação e racismo, migração internacional, a crescente importância relativa das remessas disfarçadas nas contas públicas como investimento estrangeiro direto, privatização e transnacionalização de recursos sociais e naturais, concentração e transnacionalização do poder, das riquezas e das soberanias, etc.) fazem parte da ideologia e da prática da globalização em sua própria versão hegemônica, que promete um futuro, em tempo ambíguo, promissor, paradisíaco. Nemesio Rodríguez, *Territorios indios y negros, sustento de los Megaproyectos en América Latina. Orientación a la praxis. El Devenir de los Pueblos Indígenas, Afrodescendiente y la Población Inmigrante*. <https://www.nacionmulticultural.unam.mx/secciones/devenir-PIAPI/Nemesio-Rodriguez-20070927.html>

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) documenta em detalhes a trama financeira que culminou no assassinato de Berta Cáceres em Honduras. Quase dez anos após o assassinato da ativista Berta Cáceres em Honduras, a luz penetra pouco a pouco nas complexidades da trama que orquestrou o ataque, no qual um grupo de pistoleiros matou a ativista. A equipe da CIDH, conhecida como GIEI (Grupo Interdisciplinar de Peritos Independentes), um mecanismo que a comissão já utilizou em outros países como México e Nicarágua, está agora esclarecendo a rede financeira por trás do assassinato da ativista, sobre o qual pouco se sabia.

Agora, um grupo de especialistas da comissão indica que a rede criminosa usou fundos de bancos de desenvolvimento europeus e americanos para pagar os as-

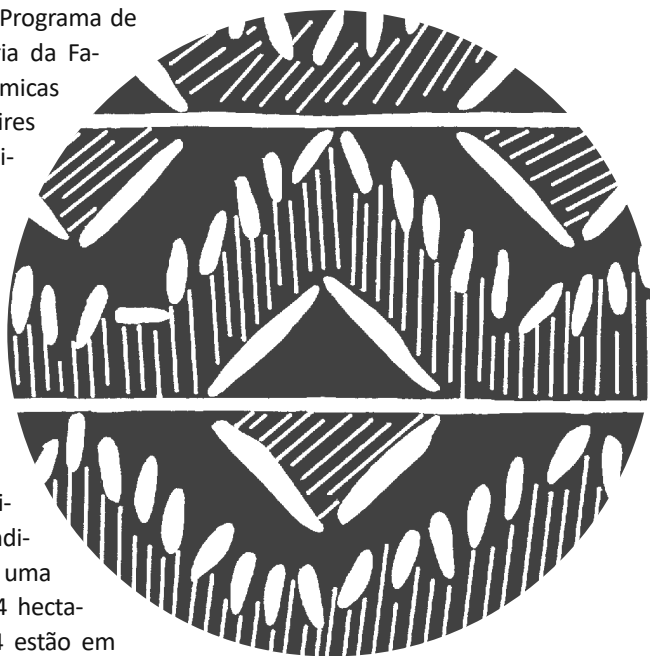
sassinatos. Até o momento, oito pessoas foram condenadas. Nos últimos meses, uma equipe de analistas da CIDH investigou minuciosamente o aspecto financeiro do complô, entre outros, buscando compreender sua extensão e alcance. A conclusão é que a liderança do conglomerado empresarial que originou o plano de assassinato, ligado à riquíssima família Atala Zablah, parece estar muito mais envolvida no ataque do que se conseguiu comprovar. <https://elpais.com/america/2026-01-12/ellos-o-nosotros-la-cidh-documenta-al-detalle-la-trama-financiera-queacabo-en-el-asesinato-de-berta-caceres-en-honduras.html>

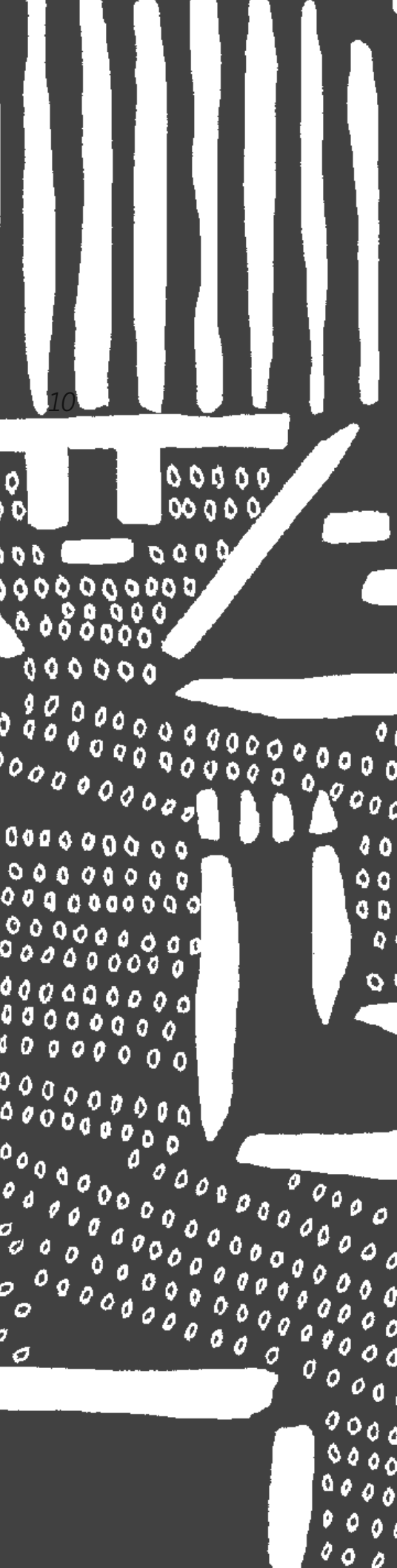
A estrangeirização das terras em La Pampa: dois departamentos estão acima da média. Pesquisadores do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas (Conicet) criaram um mapa interativo com foco na propriedade do solo argentino, em um contexto no qual o governo de Javier Milei insiste na revogação da chamada Lei de Tierras (nº 26737). Estatísticas oficiais revelam que dois departamentos em La Pampa estão acima da média nacional, que gira em torno de 5%.

O trabalho foi realizado pelo Observatório de Terras, especificamente pela socióloga Julieta Caggiano e pelo historiador Matías Oberlin, ambos bolsistas do Conicet e integrantes do Programa de Pesquisas em História Agrária da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires e do Observatório Interdisciplinar Latino-Americano de Políticas Agrícolas (MILPA), conforme noticiado pelo jornal *La Arena*. "A pressão para revogar a Lei de Terras ocorre em um cenário internacional de crescente disputa por recursos estratégicos", alertaram.

Estatísticas oficiais, atualizadas em agosto de 2025, indicam que a Argentina possui uma área rural de 266.643.212,84 hectares, dos quais 13.262.725,64 estão em mãos estrangeiras (4,97%). É importante lembrar que a legislação atual estabelece "um limite de 15% para toda a propriedade

Muitos dos impactos pelos quais se mobiliza a inquietude social da população do subcontinente fazem parte da ideologia e da prática da globalização em sua própria versão hegemônica, que promete um futuro, em tempo ambíguo, promissor, paradisíaco





ou posse de terras rurais por estrangeiros em nível departamental".

<https://radiodon.com.ar/2026/01/11/extranjerizacion-de-la-tierra-en-la-pampa-dos-departamentos-estan-porencima-del-promedio/>

Gigantes do agronegócio abandonam a Moratória da Soja e aumentam o risco de desmatamento na Amazônia. A associação de produtores anunciou sua saída do acordo após uma lei no Mato Grosso eliminar os benefícios para as empresas que haviam aderido a ele.

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) anunciou na segunda-feira, 5 de janeiro, sua retirada da Moratória da Soja, um acordo para preservar a floresta amazônica que reforça o Código Florestal Brasileiro. Com essa decisão, empresas líderes do setor, como Bunge, Cargill e Amaggi, abandonam seu compromisso de não comprar soja de áreas desmatadas na Amazônia desde 2008.

A decisão da associação é consequência da lei estadual 12.709/2024, do Mato Grosso — o estado com a maior produção de soja do país — que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2026.

A medida restringe a concessão de benefícios fiscais às empresas que assinaram o acordo e representa uma ameaça à preservação da floresta amazônica e à meta de desmatamento zero, segundo especialistas.

Em comunicado, o Instituto de Manejo e Certificação Florestal (Imaflora), que possui 30 anos de experiência na implementação de boas práticas no uso de recursos naturais, alerta para o risco de se por fim à moratória.

<https://www.resumenlatinoamericano.org/2026/01/08/ecologia-social-brasil-gigantes-del-agronegocio-abandonan-la-moratoria-de-la-soja-y-aumentan-el-riesgo-de-deforestacion-en-la-amazonia/>

O Porto de Chancay: um impulso decisivo para o extrativismo na América do Sul. Localizado na costa peruana, não se trata apenas de uma grande obra de infraestrutura. É um ponto-chave que pode mudar o rumo do comércio, do investimento e da geopolítica na região. Embora o acesso ao Pacífico a partir da América do Sul afete diretamente os interesses geoestratégicos da China, a infraestrutura de transporte e o porto de

Chancay abrem as portas para investidores e conglomerados estrangeiros de qualquer nacionalidade, ao facilitar o estabelecimento de zonas econômicas especiais voltadas para seus lucros.

Sob a promessa renovada de “desenvolvimento”, a América do Sul corre o risco de aprofundar seu modelo primário de exportação e, com isso, os conflitos por terra e água, e as relações com as comunidades locais. No lado peruano, 19 comunidades indígenas e 1.793 comunidades camponesas seriam impactadas. No lado brasileiro, 28 territórios indígenas e aproximadamente 320 assentamentos de reforma agrária poderiam ser afetados. Esse relatório explica como esse megaporto, financiado principalmente por capital chinês, está mudando o mapa do transporte e atraindo novos grupos econômicos para áreas onde o agronegócio está em expansão.

<https://grain.org/e/7341>

Argentina: o ajuste de Milei por trás dos incêndios florestais na Patagônia.

Um incêndio de grandes proporções assola a Comarca Andina de Chubut, com milhares de hectares de floresta nativa arrasadas e casas danificadas. Longe de ser um evento excepcional ou inevitável, é uma consequência direta do avanço dos negócios capitalistas, favorecidos pelas políticas do governo de Javier Milei, que implementa ajustes orçamentários brutais e promove reformas que desmantelam a prevenção ambiental, esvaziam organismos estatais e habilitam o território para os interesses de latifundiários, petrolíferas, mineradoras e imobiliárias.

O corte no Serviço Nacional de Manejo de Fogo é um componente-chave dessa política. Menor orçamento, menos recursos, menos pessoal e brigadistas submetidos a condições de trabalho extremamente precárias explicam por que os focos saem do controle ano após ano. Jornadas de trabalho extenuantes, contratos temporários, salários de miséria e falta de equipamentos convivem com incêndios cada vez mais intensos, em um contexto de crise climática que o próprio governo nega. O resultado é uma resposta estatal tímida, tardia e insuficiente face a emergências que poderiam ser evitadas ou prevenidas.

Para ilustrar, desde novembro o Serviço Nacional de Meteorologia e o Serviço Nacional de Manejo do Fogo emitiram um alerta candente, advertindo sobre o alto risco de incêndios devido à escassez de chuvas, seca, onda de calor e vegetação seca. Condições propícias para a propagação descontrolada de incêndios florestais, 95% dos quais são iniciados por humanos. Isso ocorre quando entre 30 e 40 mil hectares de floresta nativa foram perdidos nos parques nacionais de Chubut, Neuquén e Río Negro no último período.

Leia mais em: <https://prensaobrera.com/ambiente/el-ajuste-de-milei-detras-de-los-incendios-forestales-de-lapatagonia>

Colômbia: A Federação Camponesa do Cauca resiste desde o território e o transforma dignificando o trabalho camponês. Os mais de 50 anos fazendo frente à violência com a simples, porém poderosa, decisão de permanecer no território, cultivando alimentos, protegendo a natureza e trabalhando em comunidade, levou-os a se tornar a primeira a organização na Colômbia certificada por suas práticas de comércio justo.

A Federação Camponesa do Cauca (FCC) está dando um novo significado ao conceito de ser camponês. Há mais de 50 anos, essa organização luta para garantir que o camponês do departamento se sinta orgulhoso de suas raízes e de seu trabalho, e para que possa desenvolvê-lo em condições dignas. Essa batalha não foi fácil; alguns de seus líderes perderam a vida. No entanto, também os tornou um exemplo de liderança regional e, em 2004, a primeira organização na Colômbia certificada por suas práticas de comércio justo.

A organização começou com uma disputa na década de 1970 sobre os direitos dos camponeses a terras, que acabou assentando as bases para a consolidação da FCC como uma organização social que promove um modelo de economia sustentável em meio ao complexo contexto da região do Cauca, marcada por anos de violência e desalojos. Em um lugar onde as oportunidades escasseavam, a FCC foi conseguindo proporcionar a diferentes gerações a possibilidade

de permanecer em seu território, trabalhando em iniciativas que fortalecem o tecido social e a produtividade regional.

Leia mais em: <https://elpais.com/america-colombia/branded/los-lideres-de-colombia/2025-12-11/la-federacioncampesina-del-cauca-resiste-desde-el-territorio-y-lo-transforma-dignificando-el-trabajo-campesino.html>

Mais um fracasso do Estado hondurenho na proteção do campesinato do Bajo Aguán. Centenas de camponeses, vítimas do grupo criminoso Los Cachos, foram atacados na segunda-feira, 8 de dezembro de 2025, durante uma tentativa frustrada de despejo em Quebrada de Arenas (Colón). Apesar das ordens judiciais e da mobilização de uma operação com mais de 1.021 policiais, dezenas de viaturas e um helicóptero, os camponeses desalojados da Cooperativa Camarones, que atenderam ao chamado das autoridades para recuperar a posse de suas terras, foram agredidos por dezenas de pessoas vindas da propriedade que se tentava recuperar e de seus arredores, frente à inação das autoridades policiais e judiciais presentes no local.

Após quase um ano, em 25 de dezembro, eles foram desalojados à força das unidades produtivas da Cooperativa Camarones. Após inúmeras mobilizações e denúncias legais contra o grupo criminoso Los Cachos (que levaram à detenção e prisão de alguns de seus membros e à emissão de ordens judiciais para seu despejo das áreas que ocupam e exploram ilegalmente), a segunda-feira, 8 de dezembro, era a data marcada por um tribunal hondurenho para que os 150 moradores desalojados de Camarones recuperassem as terras que constituíam seus lares e fonte de renda.

Às 13h45 dessa segunda-feira, após receberem a notificação de que poderiam se dirigir para a Quebrada de Arenas, uma caravana de caminhões e veículos com cerca de 400 camponeses e camponesas, incluindo membros das cooperativas vizinhas El Tranvío e Chile, que se uniram em mostra de solidariedade, iniciaram a marcha para esta localidade situada a menos de 3 quilômetros de distância.

<https://arainfo.org/fracaso-honduras-proteccion-campesinado/> ☞

Os mais de 50 anos fazendo frente à violência com a simples, porém poderosa, decisão de permanecer no território, cultivando alimentos, protegendo a natureza e trabalhando em comunidade, levou a Federação Camponesa do Cauca a se tornar a primeira a organização na Colômbia certificada por suas práticas de comércio justo



Declaração Final do VIII Congresso Continental da CLOC-Via Campesina

Publicada em 03/02/2026 | por cloc-vc

Declaração de Oaxtepec Moctezuma Xocoyotzin

As organizações integrantes da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), o braço continental da Via Campesina (LVC), compostas por mais de 400 delegadas, delegados, delegades provenientes de 21 países da América Latina e do Caribe, bem como de seis países da América do Norte, África, Ásia e Europa, reuniram-se em Oaxtepec, mesmo lugar onde Moctezuma Xocoyotzin, o grande governante dos Povos de Anáhuac, costumava ir para refletir sobre os problemas de sua época.

Recuperando esse legado, de 2 a 9 de dezembro de 2025 realizamos nosso VIII Congresso Continental da CLOC-VC para refletir sobre os desafios, ameaças e preocupações que nossos povos enfrentam nos tempos atuais. Na busca por iniciativas, ações, articulações e propostas que capacitem nossos povos e organizações com as ferramentas e propostas de soluções para seguir no caminho rumo à soberania alimentar e à transformação sistêmica para um novo mundo de justiça, de paz e de vida para todos os seres e para a mãe Terra, iniciamos com uma cerimônia indígena realizada pelo grupo Tlahuikayotl, a quem agradecemos profundamente por nos trazerem as energias de nossos ancestrais.

Nosso VIII Congresso Continental se fortaleceu por integrar oficialmente quatro importantes organizações camponesas e indígenas do México pelo que damos as boas-vindas à CIOAC-JDLD [Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos José Dolores López Domínguez], UFIC [Unidad de la Fuerza Indígena y Campesina], MST [Movimiento Social por la Tierra] e CNPA [Coordinadora Nacional Plan de Ayala], que se unem à CLOC-Vía Campesina na Região Mesoamericana, e expressamos nosso reconhecimento e gratidão por todo o

seu trabalho, pelo evento organizado em homenagem ao nosso general Emiliano Zapata e pelas alianças estabelecidas com o governo da Quarta Transformação para viabilizar nosso evento. Também saudamos a integração de seis importantes organizações camponesas e indígenas da América do Sul.

Esta Declaração é fruto de um processo coletivo, construído ao longo de meses de reflexão dentro de nossas organizações, das reflexões de nossas Assembleias das Diversidades, das Juventudes, das Mulheres e dos dias de reflexão durante nosso VIII Congresso Continental. Neste Congresso também se reconheceu o papel dos Povos Originários e das Comunidades Negras e Quilombolas, que aportam um legado histórico para nossas organizações.

A CLOC-Vía Campesina reafirma que o sistema alimentar industrial é um dos principais responsáveis pela crise ecológica global e multidimensional. Estima-se que de 44% a 57% de todas as emissões de gases de efeito estufa provêm da cadeia alimentar industrial. O agronegócio alimenta apenas 30% da população mundial, enquanto monopoliza 75% dos recursos agrícolas disponíveis. Além disso, a cadeia alimentar industrial promove o consumo de produtos processados em detrimento de alimentos frescos e locais, e os que mais sofremos com





Foto: David Meek

suas consequências somos os camponeses, camponesas, os Povos Indígenas e as comunidades Negras, que resistimos a secas cada vez mais prolongadas, inundações devastadoras e à perda de cultivos que colocam em risco a vida em nossos territórios.

Irmãs e irmãos, companheiros e companheiras, chegamos a este VIII Congresso em meio a crises globais estruturais que impactam a humanidade e a natureza: a crise climática que devasta territórios; a crise alimentar provocada pelo sistema agroindustrial corporativo com o agronegócio; a crise democrática causada pelo avanço do fascismo, do racismo e do patriarcado; e a crise econômica resultante de um modelo capitalista que concentra a riqueza nas mãos de poucos, expulsa nossos povos do campo e depreda os bens comuns da vida.

A essas crises soma-se a renovada ofensiva do imperialismo estadunidense, que busca recolonizar vastas regiões do mundo, particularmente em nossa América. Observamos com enorme preocupação a ameaça representada pelo retorno de Donald Trump, que declarou sua intenção de restaurar a Doutrina Monroe, declarando guerra contra os Povos de Abya Yala e transformando a América Latina, e especialmente o Caribe, em um território sob constante fustigamento militar. O destacamento de navios de guerra no Caribe busca facilitar uma

intervenção contra a Venezuela, pondo em risco a paz regional com o objetivo de se apoderar do petróleo e dos bens comuns de um povo soberano.

Essa agressão não se limita à Venezuela: constitui uma mensagem para toda a região, uma tentativa de desmantelar qualquer projeto popular que desafie o poder e defenda seu território, como ocorre atualmente neste grande país que nos acolheu em suas terras ancestrais. Portanto, estendemos nossa solidariedade ao povo e ao governo do México diante das ações beligerantes que buscam desestabilizá-lo e interromper os avanços históricos alcançados até agora em benefício do povo.

Nesse contexto, **esta Declaração se apresenta como uma bússola política comum para nossos movimentos, denuncia os sistemas do capitalismo, patriarcado e colonialismo que alimentam a fome, a guerra e o colapso ecológico, orienta as lutas pela soberania alimentar, justiça climática e de gênero, e pelos direitos dos povos, através de:**

Fortalecer nossa capacidade de disputa, incidência, unidade, mobilização e luta por meio de:

- Reafirmar o projeto político do campesinato e dos povos originários, das comunidades negras, das diversidades, baseado na soberania alimentar, na agroecologia, na reforma agrária popular e na defesa dos bens comuns da Vida.
- Enfrentar a militarização e a criminalização, construindo redes de proteção, denúncia e solidariedade continental.
- Disputar políticas públicas e de integração regional fortalecendo espaços como a CELAC, a ALBA, a FAO, o Dia Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, bem como parlamentos e governos progressistas.
- Construir uma narrativa continental que confronte o discurso dominante do agronegócio, defenda os povos da terra e destaque o papel estratégico do campesinato e dos povos originários e das comunidades negras diante da crise civilizacional.
- Promover a Agenda de Ação Política Comum de articulação com outros movimentos e plataformas globais com presença na região da América Latina e Caribe que lutam por justiça climática, pela economia social e solidária, pela saúde das pessoas, e alianças populares com outras organizações de trabalhadores do campo e da cidade.

Da mesma forma, comprometemo-nos a trabalhar por:

- a. Ampliar a participação e renovar a adesão da militância.
- b. Fortalecer a organização continental.
- c. Consolidar a coordenação continental.
- d. Ampliar e aprofundar a Campanha Basta de Violência contra as Mulheres.
- e. Construção política, programática, e a formação política e ideológica.
- f. Sustentabilidade política, financeira e solidária.
- g. Realizar ações e jornadas de luta unificadas.
- h. Comunicação e disputa de narrativas.
- i. Promover a unidade na diversidade.
- j. Fortalecer a incidência em: espaços multilaterais de disputa de políticas públicas e organismos internacionais, e junto a governos progressistas.

A CLOC reafirma veementemente que a América Latina e o Caribe são e devem seguir sendo territórios de paz. Portanto, o VIII Congresso convoca todas as organizações do campo e nossos aliados a fortalecerem a unidade continental e a construir uma agenda estratégica de luta.

Somente juntas, juntos e juntes podemos enfrentar as crises globais, avançar na soberania alimentar, no feminismo camponês e popular, resgatar o conhecimento ancestral de nossos povos originários e defender a vida frente àqueles que buscam mercantilizá-la. ✨

Foto: CLOC-LVC



**Irmãs, irmãos e irmanes, companheiras,
companheiros e companheiros:**

***Diante das crises globais, construímos
a soberania alimentar!***

***Contra o Imperialismo e o Fascismo,
a América segue em Luta!***

Viva a CLOC – Via Campesina!

***Viva a unidade continental! Zapata vive,
a luta continua!***

***Globalizemos a luta, globalizemos
a esperança!***

México,

9 de dezembro de 2025



Silvia, mestra sempre

ALEJANDRA BONILLA (Red de Mujeres Rurales de Costa Rica)

Estávamos no período que antecedeu o Acordo de Livre Comércio (ALC) quando conheci Silvia, há cerca de 20 anos. Minha amiga Nancy Hidalgo me convidou para a Rede de Coordenação de Biodiversidade e, por coincidência, nessa mesma época, Silvia foi convidada para o Comitê Patriótico da União. Lá, ela fez uma apresentação sobre as repercussões do ALC, que tinha todos os setores do país profundamente preocupados e engajados na resistência ao tratado. Silvia era sempre meticulosa em suas explicações, bem informada, estudiosa e ponderada sobre as decisões políticas e seus impactos na biodiversidade e nos direitos comunitários à biodiversidade.

Depois disso, vieram muitos outros encontros. Lembro-me de que estudantes da comissão de Assuntos Ambientais do então diretório da Federação de Estudantes da Universidade Nacional (Feuna), com quem eu trabalhava, me indicaram o caminho para o escritório dela ali no prédio da Faculdade de Ciências da Terra e do Mar.

Ela sempre foi muito generosa com seu tempo e conhecimento. Mesmo aposentada, ela frequentemente atendia meus convites para participar das minhas aulas, seja para falar sobre o Protocolo de Nagoya ou sobre a história da construção e defesa da Lei de Biodiversidade. Sem dúvida, ela falava com paixão para os alunos e alunas sobre esses processos.

E com a mesma paixão, paciência e rigor, ela nos deixou esse livro maravilhoso, *El despojo de la riqueza biológica: de patrimonio de la humanidad a recurso bajo soberanía del Estado* [O saqueio da riqueza biológica: de patrimônio da humanidade a recurso sob a soberania do Estado]. Só Silvia conseguiria reconstituir o processo de espoliação, e dessa forma.

Ao longo dos anos, ela participou de muitas reuniões e oficinas com as companheiras da Rede de Mulheres Rurais. Chegamos a improvisar uma sala de reuniões em um galpão. Mas, independentemente do local, ela estava lá, enfrentando todas as ameaças às sementes camponesas.

Já sentimos sua falta diante das novas ameaças.

Há um momento, entre tantos, que guardo com especial carinho. A partir do projeto interuniversitário que estávamos desenvolvendo: Mulheres rurais, produção, processamento e comercialização de grãos básicos, nos dias que se seguiram à aprovação da Agenda Complementar ao Acordo de Livre Comércio, organizamos o Fórum sobre Mulheres do Campo, Autonomia e Soberania Alimentar, no Auditório Clodomiro Picado da Universidade Nacional. Convidamos Silvia para proferir o discurso de abertura do Fórum, sobre a defesa da biodiversidade para a soberania alimentar. O auditório estava completamente lotado. Após os discursos de abertura da Sra. Reitora e do Sr. Decano, demos início à conferência. Silvia então nos fala sobre a defesa das sementes, do material genético nas mãos das comunidades desde tempos imemoriais. E inspirada pela presença de quase cem mulheres rurais da Rede de Mulheres Rurais da Costa Rica, se dirige a elas dizendo que havia visto em um comunicado da Rede que elas são guardiãs das sementes e as estimula a continuar conservando, defendendo, reproduzindo e trocando sementes, não apenas plantas, mas também animais, tudo parte dos sistemas camponeses.

Então, uma companheira camponesa de Upala pergunta como fazer para conseguir continuar produzindo tudo isso que era tão importante se o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAG) e o Serviço Nacional de Saúde Animal (Senasa) dizem a eles que não devem plantar aquelas sementes nem criar galinhas caipiras. E Silvia, do palco, cercada pelos dois telões onde projetava o conteúdo, respondeu à companheira, mas também a toda a plateia, com sua paciência, meticulosidade e paixão: “existe algo que se chama desobediência civil, que é recusar-se a obedecer, neste caso, ao que digam o MAG ou o Senasa; é negar-se a obedecer às leis ou políticas que consideramos injustas. A desobediência civil é uma forma de resistência dos povos.” E deu um exemplo do seu México.

As autoridades da universidade pararam os olhos e se voltaram para mim. Silvia continuou sua palestra. Mestra sempre. ✨



Com paixão, paciência e rigor, ela nos deixou esse livro maravilhoso, El despojo de la riqueza biológica: de patrimonio de la humanidad a recurso bajo soberanía del Estado. Só Silvia conseguiria reconstituir o processo de espoliação, e dessa forma

Não há povos sem sementes nem sementes sem povos

16

Como Coletivo de Sementes da América Latina, temos promovido encontros para visibilizar a urgência de defender uma relação entre povos e comunidades com seus cultivos e sementes fundamentais, que não tenha restrições e que se reconheça a integralidade ontológica imemorial dos povos com seus cultivos, a ponto de afirmar: “não há povos sem sementes nem sementes sem povos”.

Após vários meses de conversas com o Tribunal Permanente dos Povos, solicitando seu apoio e diálogo, inauguramos um processo de defesa dessa relação dos povos com suas sementes. O evento ocorreu em 19 de janeiro de 2026 no Centro Nacional de Agricultura Orgânica do Instituto Nacional de Aprendizagem, em Cartago, Costa Rica.

Para iniciar esse processo, solicitamos ao Tribunal que nos apoie “no reconhecimento da urgência de defender a liberdade responsável de usar e cuidar de nossas sementes camponesas e indígenas em todo o mundo, base de nossos sistemas alimentares e de nossa subsistência, reconhecendo plenamente a relação que povos e comunidades mantêm com seus cultivos, com suas sementes

desde o princípio dos tempos, o que é fundamental para sua existência como povos e para o futuro da biodiversidade em nosso planeta”.

“Comunidades e organizações travam uma luta árdua para defender, manter e expandir as sementes camponesas e indígenas contra as tentativas de corporações e governos de se apropriarem delas e de forçar as comunidades rurais a abandoná-las buscando impor suas sementes industriais – sementes que correspondem a sistemas de vida e economia muito diferentes das sementes desses povos”.

Apresentamos, portanto, uma construção coletiva, de forma alguma exaustiva, mas simbólica e representativa, de uma conversa coletiva, imemorial. As contribuições foram editadas para destacar as partes mais significativas. Os originais estarão disponíveis em uma página destinada a armazená-las. Fruto do nosso saber e nossas experiências, estas intervenções refletem o sentir e o horizonte de comunidades, organizações, movimentos e pessoas e, juntamente com os comentários e a declaração do Tribunal, formam um quadro essencial para que o direito seja uma ferramenta de futuro.

Visita de campo dentro do Centro Especializado em Agricultura Orgânica, Cartago, Costa Rica
Foto: Hyojin Park (A Growing Culture)



Primeiro, é essa relação profunda, muito profunda, respeitosa, até mesmo afetuosa, que os povos do campo têm com suas sementes. Destacamos três razões do porquê defendermos as sementes e o direito a elas. Esta relação não ocorre só na América Latina, mas existe em todo o mundo, na Ásia, na África e, atenção, também na Europa. Embora na Europa tenha sido perseguida e ocultada durante um período mais longo. É uma relação de dependência mútua, de cuidado



mútuo, intrinsecamente ligada ao que de mais sagrado pode ter um povo ou uma comunidade. Está entrelaçada com a cultura, com as relações sociais, com as relações de convivência, com as celebrações, com as cerimônias, o respeito, o dever, com tudo. Está também, obviamente, intimamente ligada à produção do sustento. Não é apenas uma relação espiritual, é também uma relação muito concreta, ligada à produção de medicamentos e de materiais necessários à vida. E com isso em mente, o que devemos lembrar – e isso é muito importante – é que, ao longo da história da humanidade, desde que a agricultura surgiu em diferentes partes do mundo entre 8 mil e 14 mil anos atrás, não houve um único povo sem sementes, nem uma única semente cultivada que não tenha um povo para cuidar dela e mantê-la. Essa relação entre povos e sementes é indivisível. No dia em que os povos desaparecerem, desaparecem as sementes, e no dia em que as sementes desaparecerem, desaparecem os povos. É uma relação que não pode ser rompida. Esse é o primeiro ponto que enfatizamos.

O segundo elemento, que jamais devemos esquecer, é que absolutamente todos os cultivos que a humanidade possui hoje – todos, sem nenhuma exceção – são obra camponesa e indígena. A ciência moderna, os agrônomos, os geneticistas e os empresários não criaram um único cultivo. Tudo o que temos hoje em dia para o bem-estar da humanidade, e sem o qual a humanidade não poderia existir, é obra campesina, é uma tarefa coletiva, uma tarefa que envolveu milhões de pessoas que trabalharam de forma extremamente sofisticada – e quero enfatizar a palavra sofisticada – durante séculos, e até mesmo milênios. Foi um trabalho de melhoramento genético e multiplicação massiva de todas essas sementes.

O que a ciência e a agronomia modernas fizeram com alguns cultivos é absolutamente marginal frente a essa

obra genética realizada pelos povos do campo em todo o mundo.

E o terceiro elemento que enfatizamos foi que a vasta maioria das variedades (porque cada espécie – trigo, milho, o que for – tem centenas, inclusive milhares de variedades) também foi obra camponesa. As variedades modernas, em termos de número (neste momento, não em termos de plantio, mas certamente em termos de número e em termos de riqueza), são absolutamente marginais. São ínfimas em com-

paração com todas as variedades camponesas. E não só isso, mas não existe uma única variedade moderna que não seja baseada em uma variedade camponesa. Toda essa construção aparentemente grande de variedades modernas, na verdade é parte desta obra camponesa.


Mas gostaria agora de acrescentar uma série de elementos, uma espécie de camada complementar. Como muitas e muitos já disseram: as sementes fazem parte do bem-viver. É impossível um bem-viver se não se tem sementes próprias. E já, só com isto, que o bem-viver depende em grande medida das sementes, estamos dizendo que, se esse direito às sementes que os povos têm tido ao longo da história, essa relação com as sementes, não for respeitado e preservado, só com isto, todos os tratados, convenções e acordos firmados sobre direitos humanos, sociais e culturais, sobre o bem-estar e o progresso, passam a ser papel. Nada mais do que papel.

Se parássemos por aqui, já teríamos motivos para dizer: isso é algo inaceitável. A relação entre sementes e povos não pode ser restringida.

Mas temos várias outras razões. Fortes, muito fortes. O que quero enfatizar é que a relação com as sementes não é apenas cultural, espiritual ou afetuosa. É tudo isso. Mas, além disso, o que precisamos entender é que, se o nosso direito às sementes não for respeitado e preservado, não apenas a nossa vida – nossa vida cultural e espiritual, nosso bem-estar – estará em perigo, por assim dizer, mas a nossa própria vida estará em perigo. A própria vida.

Ou seja, nossa sobrevivência física hoje está em perigo. A primeira coisa que precisamos considerar é a disseminação da agricultura pelo mundo. O que sabemos hoje é que a agricultura se originou em cerca de 12 lugares no mundo, quatro ou cinco dos quais estão aqui na América Latina. A partir desses 12 lugares a agricultura





se originou, mas hoje está presente em todo o mundo. Essa disseminação da agricultura só foi possível porque os povos do mundo tiveram acesso irrestrito às sementes. E eles tinham plenos direitos sobre as sementes. E o que significa esse direito irrestrito às sementes? Significa que quando adquiriam uma semente, quando alguém compartilhava uma semente com eles, os povos podiam dispor dela livremente. Podiam cultivá-la, compartilhá-la, melhorá-la, selecioná-la, usá-la como quisessem. E é somente graças a isso que temos agricultura em todo o mundo hoje. E a riqueza da agricultura também se deve a isso.

Portanto, quem controla os alimentos controla a vida. O genocídio em Gaza também usa a alimentação como arma de guerra. É isso que está sendo feito com Cuba hoje. Quando cada um de vocês fala sobre cuidar das sementes, preservá-las, compartilhá-las, é porque sabem que quem tem sementes pode produzir alimentos. E um povo que produz alimentos é um povo que pode seguir adiante. No dia em que um povo não puder mais produzir seu próprio alimento, sua liberdade acaba, sua autonomia acaba, sua identidade acaba. E as corporações transnacionais hoje sabem disso e, portanto, as sementes são apenas um veículo para controlar a alimentação. Precisamos ter isso claro. O negócio das sementes envolve bilhões de dólares, mas o negócio da alimentação é muito maior. Se não produzirmos alimentos, teremos que comprá-los, e as corporações transnacionais sabem disso, e é por isso que seu objetivo é acabar com a produção independente de alimentos. E como se faz para acabar com a produção independente de alimentos? Controlando as sementes. *Camila Montecinos, Anamuri, Chile*

Não dizemos que essas sementes são cultivos, mas sim a memória viva dos territórios. Quando se sabe que há vestígios arqueológicos de milho na região do Rio da Prata que datam de 6 mil anos atrás, isso também nos indica que as sementes estão viajando, não agora, mas viajam há milhares de anos, passando de mão em mão entre agricultoras e agricultores, e compartilhando essas sementes há 6 mil anos. Imagine-se uma semente cujo centro de origem é o México, como fez para chegar ao Rio da Prata, atravessando a Cordilheira dos Andes, e que agora se cultive e seja alimento das populações originárias do Rio da Prata, da Argentina, Uruguai e Paraguai? Isso mostra o movimento das sementes em paralelo com as pessoas.

Não estamos diante de uma problemática agrícola, mas de um projeto político de espoliação que transforma guardiões e guardiãs da biodiversidade em infratores, as sementes em propriedade corporativa e os territórios rurais em Zonas de Sacrifício para o agronegócio. Essas sementes não são insumos, são memória, nossa história e são vínculos entre os diferentes povos. Nos relacionamos

Semeamos todos os dias porque todos os dias comemos

Orlando Rodríguez Medina

sem linguagem através das sementes. Intercambiamos compromisso e responsabilidade. Nossas sementes são a base da nossa autonomia ao não depender de pacotes tecnológicos externos, como são os agrotóxicos. Essas sementes são bem adaptadas aos nossos solos, aos nossos climas, aos nossos hábitos alimentares e aos nossos manejos agrícolas. Dizemos que uma semente se desperta ao mesmo tempo que as pessoas, toma café da manhã no mesmo momento e convive com a gente. Elas não são insumos, mas parte da vida cotidiana, do nosso fazer diário. E quando famílias agricultoras desaparecem, isto traz consigo o desaparecimento das sementes. Quando uma família deixa o campo, uma semente vai com ela. E quando uma semente se perde, não é uma semente daquele momento. Uma história se perde. Uma cultura se perde. Portanto, proteger a vida no campo, proteger camponesas e camponeses, significa proteger as sementes. *Marcelo Fossati, da Rede Nacional de Sementes Nativas e Crioulas do Uruguai*

Semeamos todos os dias porque todos os dias comemos. As sementes são um legado histórico de nossos povos ancestrais, os que vêm protegendo as sementes por milhares e milhares de anos, vinculadas à sabedoria, aos costumes e às culturas que cada um, cada uma de nós vivencia em nossas comunidades, para ter uma relação de cuidado com nossas sementes. Resgatamos e trocamos sementes com produtores da região e de toda Honduras. Desta forma, criamos um efeito multiplicador e cuidamos das sementes com amor. Fazemos o altar da abundância e quando terminamos a cerimônia

todo mundo leva para suas famílias as sementes e seus produtos para desfrutarem. E fazemos a troca gratuitamente. Ali temos a diversidade de sementes. Ali temos o milho preto, o milho amarelo que está desaparecendo nos dias de hoje. Mas estamos no processo de resgate dessas sementes, muitas famílias camponesas estamos envolvidas nisso. Já não temos esses bancos de sementes com refrigeração porque nossos ancestrais preservavam as sementes colocando-as na fumaça do fogo e assim se conservavam.

Eu sempre digo: “Semeando sementes todos os dias, todos os dias temos comida”. Com a Revolução Verde, iniciada na década de 1960, surgiram as mal chamadas sementes melhoradas, juntamente com máquinas agrícolas, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Isso também passou a nos afetar e a adoecer nossas famílias e a humanidade. É o envenenamento da nossa Mãe Terra, o que é uma das coisas mais preocupantes, porque a estamos tornando estéril. Para o sistema corporativo, hoje em dia as sementes são um grande negócio. Sabemos que com elas as corporações controlam os povos, os camponeses, para então irem comprá-las nas agropecuárias. Em 1980, Honduras criou a institucionalidade para promover as sementes certificadas, híbridas, e desconsideraram as sementes locais. Por que foram desconsideradas? Porque, ao promover sementes melhoradas e híbridas, se deixa de semear as sementes crioulas e se aceita o bombardeio com os pacotes tecnológicos impostos pelos governos. *Orlando Rodríguez Medina, Anafae (Asociación Nacional para el Fomento de la Agricultura Ecológica), Honduras*





Oferenda na inauguração. Foto: Hyojin Park (A Growing Culture)

A importância da agricultura camponesa no Brasil é muito significativa, pois representa cerca de 70% de todos os alimentos diários que a sociedade brasileira consome. O que chega à mesa vem principalmente dessa produção. Isso é muito revelador. E toda a riqueza da biodiversidade e dos saberes tradicionais que temos. Com a diversidade dos povos vem também a diversidade de suas sementes, seus saberes tradicionais sobre as plantas medicinais.

Eu trabalho em uma organização de direitos humanos, com grupos de trabalho sobre biodiversidade. Isso reúne muitos movimentos sociais, redes de agroecologia presentes em todos os estados do Brasil. A presença de povos, de comunidades tradicionais e originárias, também é muito grande, e dentro dessa articulação nacional de agroecologia existem diversos coletivos: grupos de mulheres, grupos de povos indígenas, grupos de produção de conhecimento. Um desses grupos é o grupo de trabalho sobre biodiversidade.

Temos essa força que vem dos movimentos sociais, do campesinato do Brasil. Isso nos dá a força para caminhar e perseverar diante de tantas violações. E no Brasil, essa força se manifesta de diversas maneiras, como a produção em resistência, em seus territórios, por meio dos mais de 370 povos indígenas, entre as mais de mil comunidades afrodescendentes, ou como dizemos no Brasil, comunidades quilombolas. Existem mais de 28 segmentos diferentes de comunidades tradicionais que utilizam diferentes cultivos e têm uma relação com a terra de forma comunal. *Jaqueline Andrade, Terra de Direitos, Brasil*

O que nos sustenta são as sementes. Elas se semeiam e se defendem. É por meio delas que vivemos, temos esse legado de nossos ancestrais e sabemos que é o que vamos deixar como legado para nossos filhos, para as futuras gerações. Bem, em um pequeno rincão de Honduras, na parte oeste do país, existimos grupos de mulheres, na associação Lenca em Gracia, Lempira. Somos uma associação de mulheres que nos dedicamos não só a cuidar dos filhos, mas também cultivamos a terra. Colocamos em prática nossos saberes que aprendemos com a Anafae e vamos a outras comunidades para ensinar a essas famílias como cultivar a terra e como cuidar das sementes pelas quais hoje estamos aqui reunidas. Porque nós hoje estamos aqui, mas amanhã, quem sabe? Nossos filhos e as pessoas que vivem ao nosso redor são os que veem o que cultivamos. Sem agrotóxicos. Não temos medo de ir ao nosso quintal, à horta, e colher morangos, amoras, quaisquer verduras ou frutas que temos no nosso entorno. Sabemos que estamos colhendo de forma muito saudável. Nós, como mulheres, durante esses quatro anos do governo da presidenta Xiomara, tivemos muitas oportunidades de ir à capital, às portas do Congresso Nacional, algo que nunca nos havia sido oportunizado antes. Agora sim levamos nossos produtos, aqueles que podemos ver, e nossos cartazes onde dizíamos: Não à Monsanto.

E levamos nossas vozes e nossos grupos de mulheres, e foi algo muito bonito. E apresentamos nossos produtos, os vendemos. E não foi apenas uma vez. Aconteceu várias vezes e, como disse meu companheiro, com o que está por vir, não sabemos o que acontecerá. Mas tenho muita certeza de uma coisa: que nós, com o que sabemos



Fanny Reyes Ortiz com seu milho. Foto: Hyojin Park (A Growing Culture)



Foto: Hyojin Park (A Growing Culture)

sobre a vida dos povos, que são nossas sementes, continuaremos semeando, cultivando e levando-as às feiras locais para que outras famílias de diferentes lugares, com quem trocamos e compartilhamos, possam levá-las. O que eu não tiver, posso obter na troca e cultivar facilmente em nossos terrenos. E como também dizemos, as sementes não se vendem. As sementes são semeadas e defendidas. *Edith Xiomara Funez Pineda, Anafae, Honduras*

Enfrentamos uma ameaça constante desse propósito de privatização das sementes. No Encontro Mesoamericano do Milho e das Sementes, se denunciou o crescente controle corporativo por meio de patentes, leis de comercialização e outras regulamentações, e os acordos de livre comércio e a adesão à UPOV foram rechaçados. Muitas organizações denunciaram a pressão sobre a agrobiodiversidade causada por esses novos marcos regulatórios e pela crescente pressão corporativa. Se tenta silenciar as vozes indígenas e camponesas que denunciam essas regulamentações e a ameaça aos seus direitos coletivos, aos saberes tradicionais e às práticas agroecológicas.

Na América Latina, diversos países já aderiram à UPOV 91⁷, como Peru, Costa Rica, República Dominicana e Panamá – resultado da pressão constante de governos e de corporações transnacionais. Outros países ainda aderem à UPOV 78, uma versão anterior desses acordos internacionais que tenta restringir a livre circulação das sementes.

Infelizmente, algumas organizações estão tentando promover projetos de lei para proteger as sementes, mas o Peru demonstra que essas tentativas por meio de regulamentações ou leis camponesas também não são a solução pois, em última análise, sob pressão corporativa, os artigos são alterados. Um exemplo é o Artigo 5º do projeto de lei no Peru, que apresentava apenas uma definição muito restritiva de sistemas tradicionais de sementes e impunha registros que poderiam restringir a troca, prevalecendo critérios técnicos e comerciais externos. E esse é precisamente o problema, que a solução não reside em marcos regulatórios, mas sim no fortalecimento do direito camponês e o direito dos povos ao uso e à troca das sementes. *Xavier León, GRAIN, Equador*

Partimos de que estamos vivendo uma guerra contra os povos para tomar-nos o que nossas comunidades ainda detêm: a terra, as sementes, os direitos. Somos uma associação civil com 56 anos de história, fundada pelo Bispo Jtatic Samuel Ruiz. Sempre concebemos nosso trabalho como territorial, ou seja, caminhando, acompanhando as comunidades indígenas e camponesas no território de Chiapas.

Quando tomei conhecimento através de leituras, do caso da Colômbia, onde expropriaram as sementes de arroz das mulheres e comunidades camponesas, pensei: isso é matar as pessoas, é matar a vida do campo, e dá vontade de fazer uma revolução. Atuamos em quatro

⁷ UPOV - União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais. UPOV 91, UPOV 78, referem-se a versões de 1991 e 1978 da Ata da Convenção Internacional para a "Proteção das Novas Variedades Vegetais".

regiões de Chiapas. São comunidades organizadas. Algumas pertencem ao Congresso Nacional Indígena, outras se consideram comunidades próprias, autônomas e algumas, especialmente as do município de Las Margaritas, são comunidades zapatistas.

O sistema *milpa* fornece a maior parte da alimentação das famílias. Há relatos de avós que, anos atrás, as *milpas* proviam até 60 tipos diferentes de alimentos. Ainda não chegamos a 60 porque ainda há muito trabalho a ser feito na recuperação dos solos. Por isso, estamos trabalhando o sistema *milpa* para defender o milho pela prática, recuperando as variedades.

Em 2014, começamos a refletir com as comunidades sobre a privatização das sementes e surgiu a proposta de organizar uma pequena rede com as comunidades com as quais trabalhamos, que chamamos de Rede de Guardiães e Guardiões de Sementes, Terra e Território. Desde então, temos trabalhado para conscientizar sobre as leis e, sobretudo, sobre o que podemos fazer diante disso. E o que fazemos é reproduzir, multiplicar, socializar e compartilhar as sementes. Conhecer as leis para nos defendermos e conquistar poder político dentro das comunidades, para confrontar essa outra forma de espoliação contra os povos, contra as comunidades. Esse sistema quer acabar com o que resta nas aldeias e, se descobrem que tem minerais, água ou qualquer outra coisa, concentram-se ainda mais nisso. Então, estamos engajados nessa luta. O crime organizado, que permeia todo o México, e Chiapas nos últimos anos, tem sido muito agressivo. E nós o vemos como parte desta guerra. Entendemos que existe uma tríade composta pelo Estado mexicano, corporações e crime organizado. Não vemos o crime organizado como algo exclusivamente externo ao Estado, é uma tríade. Porque nos perguntamos, tendo um exército, por que ele não o impede? Por que não o contém? Bem, porque eles fazem parte disso. *María Estela Barco, Desenvolvimento Econômico e Social dos Indígenas Mexicanos (Desmi), Chiapas, México*

Agora, o instrumento que os governos vêm utilizando para se impor em nossos territórios mesoamericanos é o Regulamento Técnico de Biossegurança de Organismos Vivos Modificados para Uso Agropecuário. Este regulamento está em vigor desde 2018. E nasce da União Aduaneira entre Guatemala, Honduras e El Salvador. Ele responde aos acordos comerciais existentes entre os países. Quem promove isso é a Secretaria de Integração Econômica Centro-Americana (SIECA), vinculada ao Sistema de Integração Econômica Centro-Americana (SICA). Aí é onde está alojada essa regulamentação. Destaco dois artigos que tratam da liberação comercial e da experimental com sementes transgênicas. Em nossos três países, isso

está legalmente em vigor e permite a introdução de sementes geneticamente modificadas e outros organismos vivos e modificados em nossos territórios. Isso foi autorizado sem sequer ser divulgado publicamente. Já estava predeterminado.

Que alcance têm essas violações de direitos? Elas abrangem a biodiversidade, a própria vida. A ameaça de contaminação genética de nossas variedades nativas, a perda de diversidade em nossas sementes nativas, a erosão genética e a homogeneização dos cultivos, a alteração dos ecossistemas e dos serviços ecossistêmicos, o impacto negativo sobre os polinizadores e sobre a fauna benéfica associada aos cultivos. Há também o risco de invasão biológica e deslocamento de espécies locais.

Os centros de origem e diversificação dos cultivos são afetados. Ameaças à biodiversidade e riscos para a saúde, uma exposição aguda a agrotóxicos, com consequências negativas para a saúde. Há riscos crônicos, como câncer, distúrbios hormonais, neurológicos e reprodutivos, que já estão sendo sentidos pelas populações. Há incerteza científica sobre os efeitos a longo prazo do consumo de organismos vivos modificados. Há falta de informação. Há impactos na saúde alimentar e nutricional. Em relação aos direitos dos povos, há uma ameaça à soberania e à autonomia alimentar. Há uma dependência de sementes patenteadas e pacotes tecnológicos. Há criminalização da guarda, troca e uso de sementes nativas e crioulas. Muitas comunidades já estão vivenciando esses processos de criminalização contra seus líderes. As pessoas estão se vendo expostas a processos de criminalização fabricados, concebidos para suprimir a luta e a resistência das comunidades. Há um enfraquecimento do princípio da precaução e uma falta de avaliação independente de riscos. O modelo agroindustrial e extrativista está sendo priorizado em detrimento dos direitos dos povos. Faço parte da Rede Nacional para a Defesa da Soberania Alimentar na Guatemala (Redsag). Reunimos pouco mais de 60 organizações em nosso país e lutamos – mais do que trabalhamos – e resistimos em defesa da soberania alimentar, da água, da semente nativa, da terra, do território, dos saberes ancestrais, da agroecologia e de outros elementos. Nossa rede é muito diversa. Há cooperativas, associações, grupos de base camponesa, grupos de mulheres e grupos de jovens. E nos articulamos em diversas ações que envolvem incidência política, formação, pesquisa e intercâmbios, para preservar e defender, sobretudo nossas sementes nativas. *David Paredes, Redsag, Guatemala*





A erosão e a perda de biodiversidade em todo o mundo têm sido dramáticas, especialmente no último século. Devido a tudo o que ocorre hoje no mundo, grande parte dessa biodiversidade foi perdida, tanto agrícola quanto silvestre, elementos fundamentais da vida.

Apesar disso, camponesas, camponeses e comunidades indígenas e locais conservam e utilizam mais de 7 mil cultivos. As mulheres tiveram um papel fundamental na criação e no desenvolvimento das sementes, e foram as guardiãs e protetoras desse entorno, da cultura e dos saberes, mediante elementos essenciais como a gastronomia, a economia, o lar e a soberania alimentar. É crucial essa relação intrín-

seca entre a existência dos povos e

as sementes, como elementos fundamentais para a vida. A forma como essas sementes foram compartilhadas por povos e comunidades, e circularam livremente, sem restrições, também é vital. Dado que esses são direitos consuetudinários preexistentes, sua natureza inalienável, imprescritível e indisponível deve prevalecer.

Em contraposição, a indústria concentra-se em poucos cultivos, e cinco deles sustentam atualmente grande parte da alimentação.

Este modelo de desenvolvimento insustentável degradou ecossistemas, saqueou territórios e afetou os meios de subsistência dos povos e das comunidades.

Precisamos entender como as leis de propriedade intelectual, as leis de patentes, as leis UPOV, as leis de certificação, o registro de variedades, as leis de controle de qualidade e sanidade, e as leis de biossegurança que permitiram a entrada de todos esses cultivos geneticamente modificados que contaminam sementes nativas e crioulas, fecham a opção dos alimentos livres de transgênicos para toda a população.

Os acordos de livre comércio operam em conjunto com tratados e convenções internacionais no âmbito das Nações Unidas, como o Protocolo de Nagoya, o TIRFAA [Tratado Internacional Sobre Recursos Fitogenéticos Para Alimentação e Agricultura] e outros acordos, dos quais surgem normas, leis e tratados que permitem a privatização e o controle. Por isso é importante analisá-los integralmente, porque fazem parte de um quebra-cabeça em que cada peça desempenha um papel fundamental para fazer o sistema funcionar em direção à privatização e ao controle, especialmente por meio de patentes biológicas e proteção de melhoristas de plantas. *Germán Vélez, Grupo Semillas, Colômbia*

A soberania alimentar nos devolveu a dignidade, porque nós somos quem produzimos para o mundo. Produtoras e produtores em pequena escala são quem alimentam as populações. Falamos de nossos saberes, esses conhecimentos dos nossos avôs e nossas avós, nossos ancestrais. É um conhecimento de observar, de ter paciência, especialmente para as mulheres. Esta é uma luta contra um modelo de produção capitalista. Somos rebeldes se tivermos diversidade de sementes. Estamos em guerra pelas sementes. Estamos em resistência na nossa trincheira. Na nossa trincheira, que é a nossa unidade produtiva. Produzimos de forma diversificada contra o capital. Eles querem nos expulsar, estão privatizando nossas sementes, estão nos matando em nosso território. Já não falamos mais de terra ou de um pedaço de terra. Falamos de território. No território está nossa terra, nossas árvores nativas, nossa água, nossos banhos. Ali está o nosso conhecimento, e ali estão os nossos cemitérios onde descansam nossos avôs, nossas avós, e eles são sagrados.

Falar território é falar profundamente da vida que queremos e que somos. Viemos de lá. Do território. Estamos enfrentando um agronegócio que está avançando e lutamos para recuperar nosso sistema alimentar camponês indígena. Lutamos para recuperar nossa alimentação. É por isso que na Via Campesina dizemos: saberes e sabores. Saberes: todos os nossos saberes em questão de laboração de comida, de recuperar a diversidade do milho, da comida à base de milho, a base de tantas diversidades que temos. E temos que aprender a nos alimentar novamente. Temos que ensinar de novo o nosso gosto, nosso paladar, o sabor da cenoura, da laranja, da melancia e do melão. Temos que retornar. Porque nossos filhos e filhas, nossos pequenos, estão se acostumando com o que oferecem as grandes corporações, as cadeias de produção. Por que nos perseguem? Porque produzimos alimentos e não compramos de suas redes de supermercados.

Soberania alimentar para nós é saber produzir. E de acordo com nossa cultura. De acordo com nossa diversidade. Recuperar nossas sementes nativas e crioulas. No Paraguai, a maioria de nós somos agricultores e agricultoras. Não há grandes fábricas lá. Não há grandes sindicatos. Somos camponeses e camponesas que atualmente estão sem posses. No Paraguai, o presidente está prestes a assinar o acordo do Mercosul com a União Europeia, e já existe uma Direção Nacional de Vigilância Sanitária. Essa nova instituição vai vigiar nossas feiras locais, a qualidade do leite, a qualidade do queijo. Nossos doces envasados artesanalmente, qualquer coisa que produzimos, precisa ter um código porque tem que estar em conformidade com as normas do Mercosul. E eles já estão em processo. Já começam a operar e já estão atacando os camponeses e camponesas que trazem seus

produtos de mandioca, seu milho, ao mercado, porque eles obrigatoriamente precisam ser registrados. E sem registro, não podem circular, não podem ser vendidos. Então, há um ataque contra nossos países, e diante disso, acredito na organização, em nossas redes. Atualmente, estamos trabalhando com a Rede de Guardiãs e Guardiões de Sementes Nativas e Crioulas do Paraguai. Somos mais de 150 organizações camponesas, indígenas e urbanas. Todos e todas que estão trabalhando com agroecologia, com produtos orgânicos, que estão lutando por mudanças, estamos nessa rede. E queremos organizar um congresso de agroecologia este ano. *Alicia Amarillas, da organização Conamuri (Coordinadora Nacional de Organizaciones de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas), Paraguai*

O que nos identifica como mulheres nas zonas rurais? O direito à terra. O acesso à água limpa, à biodiversidade e às sementes. Ser contra a violência, porque a violência contra a mulher foi naturalizada e continua sendo. Trata-se, portanto, da conscientização de direitos. Falar sobre

o fato de que existem outras formas de fazer economia. Falamos de uma economia solidária, coletiva, feminista. Uma economia para a vida. E o direito à memória e à identidade dos povos. Como mulheres do campo, um dos nossos eixos é o direito à terra. Nela, podemos manter e proteger nossas sementes, nossos saberes e compartilhá-los com outras comunidades e outros povos da América Latina e do mundo.

As sementes camponesas são crioulas, locais ou nativas. Sabemos que as sementes cuidadas e melhoradas pelas comunidades tradicionais representam para nós essa conexão com a vida, porque nos remetem a dez mil anos atrás, mas as temos aqui presentes, e elas também significam o futuro. Atualmente, elas são também um direito que defendemos, uma proteção de conhecimentos e algo que nos identifica. São um ato de resistência política e econômica. E camponeses e camponesas em diferentes partes do mundo resistem e defendem as sementes. E nós também tivemos que defendê-las nas ruas e nos tribunais. *Fanny Reyes Ortiz, Red de Mujeres Rurales, Costa Rica*

Como mulheres do campo, um dos nossos eixos é o direito à terra. Nela, podemos manter e proteger nossas sementes, nossos saberes e compartilhá-los com outras comunidades e outros povos da América Latina e do mundo



As companheiras Rubiela Guerra Abrego, Ivania Flores Tasigüe e Xiomara Cabraca Cabraca, da Red de Mujeres Rurales de Costa Rica na sessão. Foto: Hyojin Park (A Growing Culture)



Por gerações, não fomos apenas cultivadores, somos aqueles que criam e inovam. Nossa relação com as sementes é de custódia, não de propriedade. Para o povo Iban de Sarawak, as sementes são relíquias ancestrais que podem ser compartilhadas. Vender sementes era proibido porque elas representam a sobrevivência comunitária.

Então, o conflito que confronta nossa liberdade é a ameaça da UPOV 1991. Trata-se de uma convenção que concede ao setor comercial um monopólio ainda maior sobre o mercado de sementes. Ela restringe que os camponeses guardem, vendam e reutilizem suas sementes. Algo que sempre fizeram.

A lógica é simples. Quando os camponeses já não podem mais fazer isso, têm que comprar novas sementes a cada safra. E isso cria uma dependência em relação ao setor comercial, que produzirá sementes para eles. Não se trata apenas de dinheiro. Trata-se da própria essência do que está ocorrendo. Não há inovação, nem sequer investimento ou tecnologia. É apenas uma maneira de o setor comercial conseguir manter os camponeses dependentes dele. Essa é a UPOV. De acordo com a legislação atual, a Seção 311E permite aos pequenos produtores compartilhar e trocar uma quantidade razoável de material de propagação. A Seção 311F nos permite, como agricultores, vender sementes camponesas seguras, em situações de excedente ou alguma emergência. A proposta de emenda a essa lei sugere a remoção de ambas as seções. Se isso acontecer, 30% dos camponeses de Kedah, que compartilham sacos de sementes de arroz excedentes com seus vizinhos, estarão infringindo a lei. E eles nos dizem que podemos guardar nossas sementes e usá-las em um terreno específico. Eles tentam nos vender a ideia de que ainda podemos guardar e compartilhar sementes, mas não nos explicam sob quais condições. Podemos guardar sementes e reutilizá-las apenas no terreno específico onde as colhemos. Portanto, isso não é um direito camponês. Porque, como camponeses, precisamos compartilhar sementes, pois é assim que as sementes se fortalecem. Se guardarmos uma semente só para nós mesmos, só podemos mantê-la até a décima geração. Depois dessa geração, as características, os atributos dessa semente desaparecem, lentamente. Portanto, é muito importante que não as guardemos apenas para nós. As sementes precisam ser compartilhadas, porque, quando compartilhadas, se reforça sua genética. *Amir Nurfitri, do Fórum Kedaulatan Makanan Malaysia (FKMM) da Malásia.*



Foto: HyoIn Park (A Growing Culture)

As sementes são a vida. Na região da Ásia-Pacífico, a maior parte da agricultura e da produção alimentar está nas mãos de comunidades rurais e do que poderíamos chamar de camponeses em pequena escala. A maioria possui, em média, um hectare ou menos, e as pessoas dependem dos recursos naturais e biológicos disponíveis. E, claro, dependem do conhecimento tradicional transmitido de geração em geração há milênios. Na região, especialmente as mulheres são as principais produtoras de alimentos, e as sementes não são apenas insumos agrícolas, mas estão profundamente imersas nas relações sociais, culturais e espirituais. As mulheres nas comunidades rurais indígenas são custódias das sementes, guardiãs e custódias dos saberes. Em muitas comunidades agrícolas, as sementes encarnam o conhecimento intergeracional, a identidade coletiva e a soberania alimentar.

O impacto que teve a Revolução Verde na agricultura e na alimentação explica a relação atual das pessoas com suas sementes. Introduzida na década de 1960, ela atingiu o coração da região da Ásia-Pacífico. Significou a destruição gradual dos sistemas tradicionais de saberes agrícola, incluindo o uso, a guarda e a troca de sementes. Antes, as sementes eram livremente guardadas e trocadas, mas com a Revolução Verde se abriu o cami-

nho para a mercantilização, hibridização e comercialização das variedades.

A Revolução Verde introduziu um sistema de produção agrícola movido por insumos químicos, que foi impulsionado nas terras agrícolas do mundo em desenvolvimento por agências como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, levando a uma mudança drástica na produção agrícola.

Durante os primeiros 20 anos da Revolução Verde, contam as pessoas idosas das comunidades, as variedades híbridas apresentavam um aumento considerável na produção. Mas, posteriormente, as perdas e desvantagens superaram os benefícios. As pessoas se endividaram devido ao custo dos insumos e à baixa produtividade. Os solos se degradaram muito pelo uso contínuo de fertilizantes sintéticos. A biodiversidade nos campos diminuiu, impactando as dietas e levando ao desaparecimento de variedades locais e tradicionais.

É importante destacar o papel enorme e irreversível desempenhado pelo Instituto Internacional de Pesquisa do Arroz (IRRI), localizado nas Filipinas, de onde venho, na erosão das variedades de arroz na região da Ásia-Pacífico. O uso massivo de insumos químicos sintéticos teve impactos enormes na saúde, especialmente em mulheres e crianças. Há estudos que abordam a má nutrição durante a amamentação e casos de mães intoxicadas por herbicidas e fertilizantes químicos.

A perda de sementes e a perda do controle camponês sobre elas são catastróficas para a biodiversidade e a segurança alimentar. *Eloise Delos Reyes, Asia Pacific Forum on Women, Law and Development (APWLD), Filipinas*

No Quênia e na África, tínhamos as sementes sob nossa custódia. Vimos isso durante a escravidão. As pessoas carregavam suas sementes entrelaçadas no cabelo, era uma forma de sobreviver. Para onde quer que fossem levadas escravizadas. Então, na África, as sementes são muito importantes. São um sinal de continuidade.

Durante a escravidão, as pessoas levadas para outros continentes abriam seu cabelo e guardavam as sementes ali, e as usavam quando chegavam a outras terras porque sabiam que nunca mais veriam suas casas. E precisavam sobreviver. Na África, as sementes são compartilhadas e custodiadas.

Durante os funerais, algumas pessoas enterram seus familiares com suas sementes. Quando há casamentos, as sementes são compartilhadas como um símbolo de continuidade, como símbolo da união de duas famílias e como um símbolo de sustentabilidade, porque sabemos que as sementes representam a continuidade da vida em comum.

Vamos falar sobre as contradições que existem no Quênia. Porque a Constituição fala dos saberes tradicionais, e as sementes fazem parte desses saberes. O Artigo 43 da nossa Constituição afirma que todos têm o direito a uma alimentação culturalmente apropriada. E de onde obtemos nossa cultura? Obtemos das sementes. Quando falamos de alimentos culturalmente apropriados, só podem vir dos nossos sistemas alimentares.

Mas diferentes leis impactam os nossos sistemas alimentares e, claro, as corporações multinacionais deixam a sua marca nos nossos sistemas enquanto país. Se olharmos para as estatísticas, a situação da África é muito triste, apesar da África ser o continente mais rico do mundo. A África tem a população mais jovem do mundo. A maior quantidade de terras aráveis: 60% das terras aráveis estão na África. Mas um em cada cinco africanos vai dormir com fome. Especialmente no Quênia. Se olharmos para o Índice Global da Fome de 2025, a África ocupa o 103º lugar entre 123 países. Portanto, enquanto país, estamos no mapa da fome. E por quê? Devido às políticas agrícolas e de sementes que promovem sistemas alimentares industriais, com as suas pragas, doenças e seu impacto climático.

O Quênia teve a sua pior seca em 40 anos. Os pastores perderam muito gado. Pessoas morreram de fome, especialmente na região norte do país. Crianças abandonaram

Foto: Centro Nacional Especializado em Agricultura Orgânica



a escola por causa da fome. Porque se você está na aula, não consegue se concentrar de estômago vazio. Quando falamos de sementes nativas, estamos falando de vida e de sustentabilidade.

Se falarmos sobre a história das corporações multinacionais na África, temos que dizer que elas vêm saqueando o continente há anos. Séculos. Uma das primeiras empresas foi a Compagnie Française de l'Afrique Occidentale, também conhecida como CFAO, que começou a operar na África em 1852. E depois, claro, a Commercial West Africa, que começou a operar em 1907. E a United Africa Company, controlada pelos britânicos, que começou em 1929. Sabemos que elas usaram muita mão de obra "em liberdade" no continente. Mas com a mão de obra "livre" introduzida por muitas leis, as corporações monopolizaram vastas extensões de terra e começaram a exportar muitos produtos da África. Até hoje, o neocolonialismo impacta nossos sistemas alimentares e de sementes. Empresas como a Unilever continuam a operar inúmeras plantações no continente. *Leonida Odongo, Haki, Nawiri, África, Quênia*

As sementes camponesas enfrentam uma guerra que visa controlá-las, ameaçando sua diversidade, sua utilização e a autonomia de camponeses e camponesas. É uma tentativa de dominação e apropriação dos nossos sistemas alimentares.

A diversidade biológica, genética e de sementes que vemos hoje não é por acaso: há mais de 10 mil anos, nossos ancestrais desempenharam um papel determinante na criação e preservação dessa biodiversidade, ao cultivar plantas e criar animais que se adaptaram às condições agrícolas e pecuárias locais. Um cultivo e uma criação de animais em um contexto de *paisagens* variadas e estações-safras que mudavam, com inúmeras características e critérios que responderam às necessidades das famílias e de suas comunidades. Nossos ancestrais, nossos camponeses tradicionais, sabem muito bem do que

precisam e fazem: sua seleção de sementes e cultivos, seu armazenamento e proteção, os cruzamentos entre espécies, o processamento, as trocas, os usos para fins medicinais, alimentares e cerimoniais (por exemplo, em casamentos ou com a chegada de um recém-nascido, nas oferendas aos ancestrais etc.). As pessoas têm uma ligação íntima com múltiplas variedades de plantas silvestres e comestíveis. Nossas sementes camponesas encarnam a dignidade, a identidade, a cultura, o saber-fazer, um saber-ser e a vida.

Essas realidades ancestrais, sutis e evidentes, se perpetuam de geração em geração nas comunidades locais e entre os povos originários, refletindo sua identidade cultural e os cultos dessas comunidades locais, seus povos e seus territórios. Práticas que são regidas por regras definidas coletivamente e que respeitam suas tradições, consagram seus direitos sobre seus recursos genéticos, suas sementes, seus saberes e suas práticas.

Infelizmente, esse rico legado ancestral é ignorado e está ameaçado pela agricultura e pecuária industriais, supostamente modernas, cujos principais objetivos são a busca desenfreada por produtividade, o acúmulo exponencial de lucros e um monopólio global de um punhado de corporações transnacionais.

Hoje, muitas ameaças pesam sobre os habitats e os ecossistemas, como a uniformização de sementes comerciais; a pressão legal e econômica exercida pela indústria de sementes através de patentes e direitos de obtentor; os impactos negativos das mudanças climáticas; a perda e o abandono dos saberes tradicionais; e um sistema agrícola padronizado com sementes híbridas que não podem ser replantadas. Uma perda de autonomia para camponeses e camponesas; a marginalização das variedades nativas e dos saberes camponeses; um quadro legal restritivo com leis de sementes que favorecem as variedades (frequentemente híbridas) registradas no catálogo oficial, dificultando a troca e a conservação de variedades locais indígenas; o confisco/apreensão

Fotos: HyoJin Park (A Growing Culture)



comercial. As patentes e licenças privatizam variedades que eram tradicionalmente comuns; a erosão genética: a homogeneização dos cultivos diminui a biodiversidade. A uniformização dos cultivos favorece o uso massivo de insumos químicos sintéticos prejudiciais à biodiversidade; a transmissão intergeracional de saberes sobre seleção e conservação de sementes é enfraquecida; a engenharia genética é uma calamidade. *Patrice Sacbo, Jukunin, Benin*

Sabemos que na Guatemala sofremos com taxas muito altas de desnutrição, uma das mais altas da América Latina. Mas consideramos que isso é uma violação de nossos direitos, um engano, a promoção de informações falsas para justificar a introdução de sementes híbridas e transgênicas. Existem muitos centros de pesquisa e validação administrados por empresas que conseguiram garantir convênios e contratos com instâncias do Estado para cooptar recursos, alegando que poderiam combater a desnutrição. Gera-se uma falsa informação, dizendo que todas essas sementes de milho fortificadas serão a solução. Queremos denunciar isso como uma informação falsa, elaborada e validada pelo governo para as comunidades. Isso precisa ser refutado.

No meu caso, venho da região oeste da Guatemala – fazemos fronteira com Chiapas – que é um dos centros de origem do milho. No morro Q'anil, ainda encontramos milho em versão silvestre. Viemos de famílias onde o conhecimento ancestral baseia-se em ciências, muito nossas.

Há alguns anos, no âmbito da rede Redsag, foi realizada uma sistematização do sistema *milpa*. Em média, foram identificadas 52 espécies dentro desse sistema diversificado, criado em resposta às nossas necessidades. Do ponto de vista acadêmico, foi diagnosticado que a causa da desnutrição na Guatemala é a deficiência ou a falta de acesso a vitaminas e minerais. Por exemplo, vitaminas A, D e C, e alguns minerais como ferro, cálcio, fósforo e potássio. Então, a deficiência desses elementos, que causa a desnutrição, é atribuída à pobreza econômica na Guatemala, que impede as pessoas de terem acesso a alimentos de qualidade (leia-se comerciais).

Essa informação é falsa porque a realidade é que as comunidades possuem uma variedade de microclimas que promovem a diversidade. O sistema de *milpa* foi criado para aproveitar o tempo nesse espaço diverso, a *milpa*, e garantir qualidade de vida alimentar para as famílias que a produzem. E isso gera autonomia. E é essa autonomia que está sendo perdida devido à desinformação disseminada pelo Estado.

Como podemos demonstrar técnica e cientificamente toda a riqueza existente nas comunidades? O sistema de *milpa* foi criado justamente para responder a essas necessidades humanas. O sistema de *milpa* está pensado para fornecer carboidratos, minerais, vitaminas e proteínas. O que não se complementa através da produção do sistema de *milpa*, mas que sempre chamou nossa atenção para a sacralidade que significa para nossa cosmovisão: o *molcajete* [pilão de pedra] e a pedra de moer, que contêm 38 minerais, 29 dos quais são digeríveis de forma imediata. A pedra de moer, o *molcajete*, é uma ferramenta paralela, complementar ao sistema de *milpa*. *Rudy Rodríguez, Redsag, Guatemala*

E o negócio se faz sobre territórios invadidos, ocupados, obtidos por meio de fraudes e corrupção

As sementes são uma ferramenta para a defesa do território e, em si mesmas, são vida. O que chamam de mudança no uso do solo ou ordenamento territorial são novos conceitos para devastar o território, ocupá-lo e explorar tudo o que nele existe. Esse ataque é muito sério.

Por exemplo, para produzir uma commodity agrícola – agave para tequila, abacates ou soja na Península de Yucatán – chegam com maquinário pesado: correntes com elos gigantes presas a tratores enormes, e começam a passar por cima da floresta, devastando tudo, e onde antes havia uma diversidade impressionante, não resta nada. O solo descoberto, destruído, devastado. Logo chegam outras máquinas, nivelam a terra e plantam fileiras de um único cultivo por cima. Plantações que podem ser de qualquer coisa. Onde antes existiam plantas e alimentos silvestres nativos, diversos, nutritivos, de crescimento natural, lento e perene, que serviam de alimento para animais e humanos, agora só se produz uma única mercadoria, que pode ser abacate – que requer milhares de litros de água e de agrotóxicos –, uvas para vinho, ou cana-de-açúcar para açúcar. E nenhuma delas é alimento, são mercadorias para negociar. E o negócio se faz sobre territórios invadidos, ocupados, obtidos por meio de fraudes e corrupção. E esses territórios camponeses e indígenas são ocupados, porque é negócio, porque não estão pagando o que realmente custam. Não gastam como uma empresa, como uma corporação, nem investem o que realmente custam. Tampouco pretendem



reparar toda a destruição. Resta apenas um produto em um território que antes era biodiverso ou megadiverso. É um ataque direto aos territórios, ao seu solo, à vida e às sementes.

Nesses territórios, onde podemos pensar (agora, de uma perspectiva urbana e desconectada da vida) que era apenas uma floresta ou uma paisagem que pode ser vista, cheirada ou percorrida a pé, as comunidades também se alimentam, assim como os animais.

Mas, embora a coleta de alimentos possa parecer idílica vista de fora, ela ainda existe na minha cidade, que é uma cidade relativamente grande. Consumimos pelo menos 20 alimentos coletados, que são muito tradicionais e sazonais. Portanto, se não há floresta, se não há mata, não há esses alimentos. E esses também são sementes. Também defendemos as sementes que estão na floresta, nos territórios que são preservados e habitados. São territórios habitados por todas as pessoas que os percorrem e desfrutam, e talvez não sejam cultivados, mas sempre há uma pequena mão carregando uma muda daqui para lá. Você carrega orquídea de um lugar para outro, *bonete* [fruta], *parota* [árvore], *guanacaste* [árvore]. Também estamos defendendo essas sementes, e essas sementes são nutrição, são saúde, sem adubos químicos, agrotóxicos e sem destruição ambiental. E o agronegócio, composto por corporações e governos, está devastando os territórios, contaminando, desertificando e afetando todas as camponesas e os camponeses que semeamos nas chuvas sazonais, e as chuvas não estão chegando quando deveriam, e as sementes também se perdem quando não se consegue colhê-las. *Evangelina Robles, Colectivo por la Autonomía, México*

Queremos iniciar um diálogo que permita dar a este encontro a finalidade que tem, que não é o que normalmente se espera de um tribunal – proferir uma sentença –, mas sim engajar-se com a lógica de ouvir, antes de tudo, aqueles que se sentem e são representantes dos direitos, e que são os verdadeiros protagonistas – ou deveriam ser os protagonistas – de um tribunal.

Frente ao que vocês disseram, do que ouvimos – considerando o panorama geral – as comunidades rurais ao redor do mundo são, em última análise, vistas mais como acusadas de algo e, portanto, excluídas de alguns de seus direitos.

Por isso, o Tribunal Permanente dos Povos foi criado com a ideia fundamental de que as vítimas são as protagonistas dos tribunais.

A primeira contribuição é relembrar quais as ideias fundamentais do Tribunal, que também enfrenta um desafio particular nesta sessão dos Povos das Sementes.

[...] O Tribunal é frequentemente descrito como um tribunal de opinião, como se fosse algo que, “na ausência

de um tribunal formal e do Tribunal Penal Internacional, que carece de poderes, é criado como um tribunal que é uma espécie de substituto para tudo isso”.

E o Tribunal foi criado para ser, acima de tudo, uma tribuna de visibilidade e de tomada de palavra. Já se disse que o direito mais negligenciado ao longo da história é o direito de chamar as coisas que acontecem pelos seus nomes.

O Tribunal dos Povos afirma: “vejam, existe uma estrutura de direito dos Estados que é concebida, acima de tudo, para defender aos poderes”. Mas as vítimas têm o poder moral – seja qual for esse poder – de se defenderem, de demonstrar que têm outro direito, que é válido.

O que significa “dos povos”? O que significa “em favor dos povos”? É um tribunal que os povos estabelecem para justificar algo que está acontecendo na vida dos povos. Não é o tribunal que substitui algo do direito existente. Propõe que o direito deveria transformar-se progressivamente em algo que acompanhe a história dos povos, para garantir-lhes a visibilidade, a tomada da palavra e, efetivamente, o direito a um futuro.

O Tribunal pretende intitular-se “Permanente” não para se engrandecer, mas sim para transmitir a ideia de que o direito é uma variável dependente da história. Não existe direito que possa julgar a história. A cada novo desenrolar histórico, surgem novas ameaças ao direito. “Permanente” significa que é um Tribunal que não se prende ao passado, às regras existentes, mas que deve estar permanentemente atento ao que o futuro reserva. E aos novos povos.

Quem define o que é um povo quando este não possui a característica típica do direito, que é a característica do poder?

Claramente, se o TPP afirma que os povos são os juízes do que acontece na história, devemos reconhecer que a história está constantemente em conflito com impérios que se apropriam da história dos povos. O fato é que, durante décadas, vivemos como se fosse normal que no mundo existam nações que são mais nações do que outras e povos que são menos povos do que outros. Isso significa que aceitamos a chantagem do romance *1984*,

que afirma: “o mundo caminha para onde os nomes das coisas são decididos por aqueles que efetivamente dominam o mundo”.

[...] Na época da fundação do Tribunal, as corporações multinacionais sequer existiam, eram apenas alguns grupos. Não tinham nada a ver com o poder financeiro de hoje. Tampouco existia uma categoria que agora é usada de forma fantasiosa para definir povos que não aceitam as regras, e por isso são chamados de terroristas, que não são nem apenas um povo. Chama-se de “Terroristas” ao Hamas ou aos Tâmeis, ou aos de Rojava. Eles desaparecem como sujeitos da história. Não são mais sujeitos, são terroristas. São os inimigos. Assim, hoje, a situação de um povo pode ser imposta de maneira violenta. Se alguém detém o poder, aplica sanções e, na prática, com isso anula o direito à autodeterminação de um povo.

No direito internacional clássico – como na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas – o direito à autodeterminação, que tinha a ver com o confronto ao colonialismo, era um conceito absolutamente necessário. Agora, a autodeterminação enfrenta algo que é normal nos livros acadêmicos, está normalizado. Todos falamos do neocolonialismo, em todas as suas formas. Mas esse não é menos importante ou menos trágico do que o antigo colonialismo. O colonialismo financeiro e econômico tem as mesmas características, muito mais sofisticadas, muito mais penetrantes, com a única exceção, às vezes, de que não mata pessoas explicitamente.

[...] Evidentemente, a história pode apagar o que acontece aos povos, dando-lhes outro nome, de modo que, na mente dos juristas, tudo isso não possa ser lembrado como direito.

Considero interessante aceitar o desafio de assumir conjuntamente a responsabilidade de organizar uma sessão do Tribunal. Mas, em última análise, qual é a pergunta que essa comunidade faz a um sistema jurídico que, de um ponto de vista formal, não considera a comunidade que faz a pergunta como um sujeito de direito?

Consideramos instigante lembrar a totalidade da história. As sementes foram uma das expressões do nascimento progressivo dos povos ao longo dos milênios.



Fotos: Hyojin Park (A Growing Culture)

Evidentemente, semear é o que garantia, ou garante, o futuro. E que as sementes, por meio de sua evolução, também expressaram a evolução de tudo. Ou seja, a análise antropológica e histórica da identidade inviolável dos povos é que criam seu futuro ao longo dos milênios, que resistem, que se opõem. Isso fica evidente se considerarmos a história como o lugar onde os humanos buscam seu futuro segundo termos que, mesmo após a Segunda Guerra Mundial, foram reconhecidos como tão importantes a ponto de serem declarados invioláveis.

[...] A estrutura política agora organizou que toda a alimentação seja progressivamente transformada em um capítulo da economia, onde tudo o que tem a ver com a alimentação seja separado dos poderes da vida real das pessoas para se tornar efetivamente parte do mercado.

O mercado é o que determina quem tem os direitos. Os direitos são os direitos sobre coisas que podem ser compradas e vendidas. Quando algo pode ser comprado e vendido, deixa de ser um bem originalmente comum, pertencente à comunidade que o produz, o usa e dele tira seu sustento... e passa a ser algo que pode ser colocado e mantido no mercado.

É por isso que hoje falamos da Natureza como biodiversidade. É normal que a natureza seja biodiversa. O problema é que, se aplicarmos o termo "bio" aos seres humanos, tudo muda. Ou seja, o direito à diversidade não é considerado um direito humano. O diverso é o termo mais próximo ao de inimigo e terrorista. Inimigos e terroristas não são necessariamente eliminados assim, sem mais nem menos. Não, eles são eliminados silenciosamente, após um acordo. Simplesmente modificando outros aspectos. Ninguém se põe a dizer: "Sou contra o valor tradicional das sementes".

A história dos povos é a história de suas sementes. As tantas sementes. E, em particular, as sementes de certos lugares. As coisas que foram ditas são essenciais. Por isso, a narração e dar nome ao que está acontecendo é importante, porque é algo muito estranho. É importante que apresentem evidências de que a biodiversidade é algo que inclui a diversidade humana, que vive em interação com a diversidade. Pelo fato que a diversidade em

si mesma é algo que existe. O problema surge quando a diversidade coincide com o direito das pessoas de viver da biodiversidade, e não apenas para se fortalecerem economicamente, mas também para alinhar a biodiversidade da vida com seus modelos culturais, seu patrimônio, com tudo.

[...] Não sou jurista, a menos que se trate de um direito propositivo. O que falta ao direito é um direito que olhe para o futuro a partir de uma análise concreta do presente, que é o julgamento mais importante a ser feito.

A questão é criar uma narrativa sobre o que acontece a povos que existem a partir da sua história e incluir o que está faltando hoje em um mundo que está apagando aos humanos em todos os lugares. É importante incluir aí as populações indígenas, ou melhor, os povos das sementes, e aqui reside um grande desafio que não estamos discutindo agora, mas que é o centro desse encontro.

Um dos temas importantes pode ser fazer destes povos das sementes efetivamente um termo transversal, que não respeita fronteiras e que mostra que o povo das sementes, os povos das sementes, têm problemas diversos, mas coincidentes e complementares na África, na Ásia e na América Latina. Se não for assim, os povos das sementes se encontrarão fragmentados ao confrontar tantos governos e tantas barreiras. É importante criar um povo com todas as características de um povo, de indivíduos que vivem e possuem seus direitos. Fizemos algo semelhante com pequenas comunidades pesqueiras de todos os continentes.

O que falta ao mundo é o direito à diversidade como algo muito positivo, concreto, imprescindível para a civilização. Para que os povos que representam essa diversidade sejam imprescindíveis. Que a diversidade é algo imprescindível e deriva dos seres humanos que a representam e de suas histórias. Para garantir os direitos desses povos, é importante um Tribunal que seja uma tribuna de visibilidade, de invocação, e que seja independente e complementar a outro conceito que, paradoxalmente, se está desenvolvendo: os direitos da Natureza. *Gianni Tognoni, Secretário do Tribunal Permanente dos Povos*

As sementes foram uma das expressões do nascimento progressivo dos povos ao longo dos milênios. Evidentemente, semear é o que garantia, ou garante, o futuro. E que as sementes, por meio de sua evolução, também expressaram a evolução de tudo



Vejo aqui palavras-chave: desaparecimento, exclusão, invisibilidade. Estão nos tornando fantasmas, por assim dizer. Este é um mundo onde, como disse Gianni, o diverso hoje é um terrorista a ser eliminado, de modo que esse diverso que deve ser desaparecido, esse estranho, esse não-povo, constitui, por oposição, um único povo, o povo dos consumidores. E todo o resto é expulsão. O mundo, e esse fenômeno que discutiremos aqui nos próximos dias, é um mundo de expulsos, e essas expulsões, como dizia Saskia Sassen, que viveu muitos anos em Buenos Aires, essas expulsões tornam o mundo um lugar menor. Mais manejável. Com métricas mais familiares. Porque expulsam milhões de pessoas que já não contam mais. Assim, o mundo se torna um lugar menor, mais manejável, mais reportável, mas absolutamente falso. Um mundo não genuíno, um mundo que não reconhece a individualidade. E essa palavra, esse conceito, para o Chile, para a Argentina, para o Uruguai, para o Brasil, e o que dizer da América Central, esse conceito de desaparecimento foi mudando. Tenho más notícias sobre tudo isso. Vindo da Argentina, posso garantir que eles não vão parar. Ninguém vai parar isso se não formos nós que lutemos para isso. Aqui, a força física é usada. Camila mencionou que no ano passado 600 pessoas morreram — ou melhor, não morreram: foram desaparecidas, foram assassinadas. Na ditadura militar argentina, desapareceram mais de 200 trabalhadores do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária. Nos sequestraram a língua, sequestraram as pessoas. Então, é sobre isso que vamos falar nessas sessões, para tentar encontrar mecanismos comuns, que já estamos adiantando a cada uma das realidades de cada uma das pessoas. Mas esse conceito de criar um povo único, um povo escolhido, esse povo único e esse povo escolhido que é o povo dos consumidores, nós temos que nos opor a isso.

E temos que fazer isso de forma articulada. Nessas sessões, vamos tratar de identificar esses quatro ou cinco mecanismos que observei até agora, mas ainda preciso confirmá-los como um denominador comum ao que um sociólogo argentino, com muita propriedade, chamou de prática social genocida. Às vezes, quando falamos de genocídio, pensamos facilmente na Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, e em fornos e esse tipo de genocídio, e outros genocídios que foram evidentemente muito dramáticos e muito flagrantes. Massacres. Mas Daniel Feierstein, um sociólogo argentino, introduz um conceito que considero também ser importante argumentar e pensar aqui, que é o de prática social genocida, que não envolve deslocamentos em massa ou desaparecimentos forçados ou fornos, mas sim o desaparecimento cotidiano das pessoas, de transformá-las em fantasmas. O não lhes dar vozes. O fazer desaparecerem economicamente, culturalmente e privá-las da única coisa que nos resta, que é a palavra. Nos resta a palavra e ressignificamos os conceitos. Hoje, escutei uma quantidade de coisas que estamos ressignificando.

Então, hoje, a política deixou de se chamar política, mas se chama gestão. Hoje, o rendimento é um valor moral. E isto, senhores, não é uma discussão econômica nem científica. É uma discussão moral e política. E precisamos tê-la. É por isso que estou tão ansioso, tão entusiasmado e tão grato por poder ouvir, nestas próximas sessões, o que cada uma das individualidades tem a dizer, para constituir este todo. Então, me parece que temos um caminho muito promissor pela frente, e creio que a única má notícia é que continuaremos nos vendo. Assim, espero que isso se torne gradualmente um intercâmbio mais fluído, mais de irmãos do que de amigos, e que possamos conversar disso com todos vocês. *Alejandro Macchia, Tribunal Permanente dos Povos*

Foto: Hyojin Park (A Growing Culture)



A revista *Biodiversidad, sustento y culturas* em versão digital está disponível em:

www.grain.org/biodiversidad e em www.biodiversidadla.org/Revista

A Alianza Biodiversidad também produz Biodiversidad en América Latina:

<http://www.biodiversidadla.org>

A Alianza atualmente é composta por movimentos e organizações-chave que trabalham ativamente estes temas na região:

Acción Ecológica, Equador (<http://www.accionecologica.org>)

Asociación Nacional de Fomento a la Agricultura Ecológica (Anafae), Honduras (www.anafae.org e www.redanafae.com)

BASE-IS, Paraguai (<http://www.baseis.org.py/>)

Campaña Mundial de la Semilla de La Vía Campesina América Latina (<http://www.viacampesina.org>)

Centro Ecológico, Brasil (<http://m.centroecologico.org.br/>)

CLOC - Coordinadora Latino-americana de Organizaciones do Campo (<http://www.cloc-viacampesina.net/>)

Colectivo por la Autonomía - COA, México (<http://colectivocoa.blogspot.com/>)

GRAIN (<http://www.grain.org>).

Grupo ETC, México (<http://www.etcgroup.org>)

Grupo Semillas, Colômbia (<http://www.semillas.org.co>)

REDES - Amigos de la Tierra, Uruguai (<http://www.redes.org.uy>)

Red de Coordinación en Biodiversidad, Costa Rica (<http://redbiodiversidadcr.info/>)

Sites temáticos:

<http://www.farmlandgrab.org/> e <http://www.bilaterals.org/>

A Alianza Biodiversidad convida a todas as pessoas interessadas em defender que a biodiversidade permaneça nas mãos dos povos e comunidades a apoiar seu trabalho de articulação. Os fundos arrecadados através das doações se destinarão a fortalecer os circuitos de distribuição da revista *Biodiversidad, sustento e culturas*, assim como sua impressão nos diferentes países em que trabalha a Alianza. Os convidamos a colaborar acessando a página: http://www.biodiversidadla.org/Principal/Secciones/Campanas_y_Acciones/DONAR_-_Alianza_Biodiversidad

Biodiversidad, sustento e culturas é uma revista trimestral (quatro números por ano). A versão eletrônica é distribuída gratuitamente para todas as organizações populares, ONGs, instituições e pessoas interessadas.

Para recebê-la em formato digital, favor enviar um e-mail com sua solicitação para:

Henry Picado

rcbcostarica@gmail.com

